



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 1/2018
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 27-02-2018**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 27-02-2018

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -27 de fevereiro de 2018-----

INICIO - horas-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha..... PS

MEMBROS - Maria margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal PS

Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho Pinto PSD

José Fernando Guedes Correia PS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Lúis Manuel Mendes RibeiroPS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco..... PSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

Andreia Manuela Dias dos Santos Garcia PS

Manuel Fernando Rascão Marques PSD

Mário João Menezes PaivaPS

António Simões de JesusPS

Leila Maria Fidalgo Ferreira PSD

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Libânia Ribeiro PiresCDU

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Pedro Fernando Teixeira Alves MacedoPSD

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

Tiago Patrício Cadima Jorge..... PSD

Maria Bebiana Rafael Sampaio Marques..... PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira Oliveira PS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves Batata INDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da Cunha	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido Oliveira	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Alberto Ribeiro Patrão	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves **por** Libânia Ribeiro Pires, e Maria Fernanda Marques Lorigo por Carlos Alberto Ribeiro Patrão.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves e Maria Fernanda Marques Lorigo.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão de 20 de dezembro de 2017."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro e Susana Oliveira Monteiro, deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista João Raul Portugal e Carlos Alberto Patrão, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz e Libânia Ribeiro Pires, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017.----
Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por



elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

- Concerto de Ano Novo pela Orquestra Metropolitana de Lisboa;-----
- Cerimónia de assinatura dos contratos de empreitada para a «Ciclovia do Mondego», «Qualificação da Frente Marítima de Buarcos» e «Requalificação do Núcleo antigo da Figueira da Foz - Requalificação das Ruas»;-----
- 5as de Leitura com Nuno Amado, finalista do Prémio Leya 2017;-----
- Quarta-feira "Fora D´Horas" com José Cid, no Museu Municipal Santos Rocha;----
- Cerimónia de assinatura do Protocolo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz, Federação Portuguesa de Ciclismo e Agrupamentos de Escolas do Concelho, tendo em vista a implementação do Projeto «O Ciclismo vai à Escola»;-----
- "I Jornadas sobre Parentalidade da Figueira da Foz - Evoluir do Conflito Parental para a Coparentalidade";-----
- inauguração das obras de melhoramento do edifício e zona envolvente da sede da EmCantos-Associação de Inovação e Tradições.-----

Convites de:-----

- Junta de Freguesia de Lavos para o evento "Vamos Cantar as Janeiras";-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e S. Julião para a Missa Solene de S. Julião, com a participação do " Coral David de Sousa";-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o Concerto de Reis;-----
- Associação Figueira com Sabor a Mar para o seu Jantar de Aniversário;-----
- Organização Não Governamental Mão na Mão para a abertura da sede e loja de solidária;-----
- Coro das Pequenas Vozes da Figueira da Foz para o V Encontro de Coros Infantil Juvenil;-----
- IV edição do evento Smart Cities FICIS 2018 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis;-----
- Associação cívica Tagus Viva - Confraria do Tejo Vivo e Vivido para o CONGRESSO DO TEJO III, na Gare Marítima da Rocha Conde de Óbidos;-----
- Comissão de Festas da Nossa Senhora da Boa Viagem para a sua procissão;-----
- Ateneu Alhadense para o almoço de encerramento do seu 19.º Torneio de Sueca;--
- Centro de Apoio aos Sem Abrigo para a sua IV Gala de Solidariedade;-----

Iniciativas parlamentares, entretanto enviadas aos deputados municipais:-----

- Pergunta dirigida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) sobre o atraso na análise das



candidaturas apresentadas pelas empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, para a isenção da contribuição à Segurança Social;-----

- Pergunta dirigida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) sobre os atrasos no pagamento das contribuições para a Segurança Social motivada pelos incêndios de 15 de Outubro;

- Pergunta dirigida ao Ministério da Saúde, pelos deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo círculo de Coimbra na Assembleia da República sobre o «Aumento das Listas de Espera no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE»;-----

Outras, também enviadas aos deputados municipais:-----

- Voto de Protesto pela composição dos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, aprovado pela Comissão Política do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, em Coimbra.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado não haver público inscrito para intervir junto deste órgão deliberativo, passamos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - PROTEÇÃO CONTRA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS - OBRIGATORIEDADE DA LIMPEZA DE TERRENOS E EXECUÇÃO DAS FAIXAS DE PROTEÇÃO DAS EDIFICAÇÕES, IMPOSTAS POR LEI

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: "Devido à catástrofe dos incêndios florestais, que todos os anos assolam o nosso país, muito em especial no último ano, com lamentável perda de um elevado número de vidas humanas e destruição de edifícios, surgiu uma lei que obriga a cortar as ervas, os arbustos e as árvores de forma a criar faixas de proteção em torno das habitações, aglomerados e estradas. O prazo concedido a proprietários, arrendatários, usufrutuários e entidades que detenham terrenos em áreas rurais para a gestão de combustíveis é demasiado apertado, estende-se até ao dia 15 de março. É certo que este cuidado deveria ser uma política privada e estatal já arreigada no nosso país, o que até ao presente não tem existido.-----

Por outro lado, a obrigatoriedade de efetuar a limpeza dos terrenos em tão breve período faz com que haja uma inflação dos preços dos profissionais que se dedicam a esse tipo de atividade. Muitos são aqueles que detêm terrenos, alguns fruto de heranças, que não dispõem dessa quantia para efetuar a gestão da limpeza dos



terrenos, quando muitas das suas reformas podem ser na ordem das duas centenas de euros.-----

O que acontecerá a estes proprietários? Serão alvo de coimas pesadas, que irão agravar a sua condição económica e privá-los de satisfazer as suas necessidades básicas? Terão que, in extremis, vender as suas terras por preços irrisórios, consoante a lei do mercado (muita oferta, pouca procura, preços baixos).-----

A lei não pode ser cega. Tem de haver um processo gradual, uma educação para a gestão dos terrenos e da floresta, com um carácter mais pedagógico do que punitivo. Por outro lado, o excesso de zelo e o temor das coimas fará com que de forma indiscriminada se abatem árvores inocentes e absolutamente necessárias ao equilíbrio ambiental. Quem lucrará com este abate? Mais uma vez os comerciantes de madeira serão beneficiados, perante as leis do mercado caótico de abate e venda de lenha, num tão curto espaço de tempo.-----

Relembro duas críticas, das mais relevantes, apontadas relativamente a esta lei:

- a) Muitos proprietários não têm nem meios nem dinheiro para fazer estas limpezas;
- b) Não há capacidade instalada no país para dar resposta à obrigatoriedade de limpeza de tantos hectares de terreno.-----

Como pode o estado decretar com tanta firmeza, quando ele próprio não cuida convenientemente da sua floresta?-----

O que pensa fazer o Presidente e o restante executivo da Câmara Municipal para defender as populações a braços com esta situação?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Ouvi com atenção as preocupações manifestadas pela deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.-----

Efetivamente os constrangimentos financeiros decorrentes desta iniciativa legislativa do Governo estão já a ser estudados no sentido de serem ultrapassados.

O Presidente da Câmara melhor os explicará decerto.-----

Sendo o combate aos fogos e a limpeza das matas quase um desígnio nacional neste momento, todas as autarquias lhe deverão dar prioridade. Pelo menos é assim que entende o Governo Central, conforme tem sido amplamente noticiado.-----

Na minha modesta opinião, manifesto orgulho e admiração pela criação por este Município e por este executivo da ferramenta informática «smart forest», que tendo sido desenvolvida pelos serviços do urbanismo da Câmara Municipal, designadamente pela equipa do Sistema de Informação Geográfica Municipal, é de uma utilidade extrema na prevenção dos fogos e contribuirá decerto para a sua diminuição no



período de Verão que se avizinha.-----
O acesso a tal mecanismo é muito intuitivo para os munícipes e tem sido amplamente divulgado pelo executivo junto de todas as freguesias, através do Vereador Fernando Miguel Pereira e também dos representantes das autoridades responsáveis. E essas ações de divulgação têm sido amplamente participadas por todos os munícipes que nisso manifestam um evidente interesse.-----
Não posso deixar de reforçar o facto da Câmara Municipal da Figueira da Foz ter sido pioneira a nível nacional na implementação deste sistema, o que já mereceu os melhores elogios quer de outros Municípios quer da própria comunicação social e das autoridades responsáveis.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.
ISABEL GASPAR SOUSA: “A aplicação pode ser uma ferramenta fantástica, mas na verdade ela não corta os arbustos nem as ervas...”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----
PRESIDENTE DA CÂMARA: “Irei começar por responder à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa a propósito da questão da área combustível, da faixa de salvaguarda e da integração do Plano Municipal de Proteção das Florestas e de Combate aos Incêndios no nosso Plano Diretor Municipal.-----
E de facto, esta fiscalização e atuação foi dos Municípios, passou depois para as autoridades de segurança interna, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, e agora com esta alteração legislativa, discutível não nos seus propósitos, mas na forma como foi apresentada, obriga a que as autarquias tenham uma atuação subsidiária aos privados e particulares.-----
Estamos no decurso desta atividade inspetiva que está a ser levada a cabo pela Guarda Nacional Republicana, concebemos o sistema de situação georreferenciada, em particular um modelo de acompanhamento in loco, que permite que as autoridades façam o levantamento dos autos depois de concluído o prazo de intervenção dos proprietários.-----
Campanha de sensibilização como é óbvio, têm sido feitas várias. O Vereador Fernando Miguel Pereira acompanha a par e passo estas diligências, bem como a equipa dos serviços de Proteção Civil e o Gabinete de Proteção Florestal.-----
Decorrido o prazo de intervenção impõe-se então depois uma intervenção subsidiária da autarquia. Já o disse publicamente que é impossível proceder à limpeza de toda a área combustível. Portanto, estão definidos como área absolutamente prioritária de grau 1, precisamente a de alto risco, cerca de 650 hectares, uma quantidade



muito grande de intervenção.-----
Já há muita adesão dos proprietários a este projeto de limpeza e com a aplicação informática criada pelo Município podemos monitorizar melhor as faixas de área combustível que não tenham sido voluntariamente limpas e, então, proceder à sua limpeza. Abrimos um procedimento para uma limpeza imediata de 100 hectares, uma dimensão muito considerável. Pela parte do Governo estão disponíveis 50 milhões de euros com recurso direto. Já demos nota à Autoridade Nacional de Proteção Civil que a nossa capacidade no prazo que nos é permitido a intervenção, poderá ascender aos 100 hectares. Iremos ver qual é o resultado deste esforço.-----
Quem faz o que pode a mais não é obrigado. E nessa perspetiva, procedeu-se ao reforço com mais uma equipa de Sapadores Florestais, cujo processo já estava em curso há vários meses, até antes da catástrofe de outubro. Vamos continuar a desenvolver o trabalho que já vínhamos realizando e continuamos a fazer a limpeza das áreas mais sensíveis."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO PAULO ÁGUAS TOMÉ FERREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---
CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Hoje tenho a difícil missão de fazer um voto de pesar pelo desaparecimento do camarada João Paulo Tomé, falecido no passado dia 23 de Dezembro de 2017.-----

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos, nasceu em Moçambique a 9 de maio de 1945, tendo passado a sua juventude na Figueira da Foz, cidade que tanto amava. Em 1973 entrou para a Universidade de Coimbra para frequentar o curso de Medicina. Fez, igualmente, formação na Alemanha e pós-graduações no mesmo país e em Harvard, nos EUA.-----

Na sequência da independência de Moçambique, integrou a primeira equipa governamental liderada por Samora Machel.-----

Em conjunto com o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda foi um dos principais impulsionadores da legislação que regula as Medicinas Alternativas. Em 9 de setembro de 2015 foi o primeiro naturopata do país a ter cédula profissional. Exerceu as funções de Diretor do Centro de Terapias Integradas, em Coimbra e foi Professor no Instituto de Medicina Tradicional em Lisboa. Quando um dia se fizer a história da regulação das terapias não convencionais em Portugal, o nome do João Paulo Tomé estará lá em destaque, como lhe é devido.-----

No ano de 2003 foi um membros fundadores do Bloco de Esquerda da Figueira da Foz.



Foi cabeça de lista à Câmara Municipal, em 2005, e eleito para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na sequência das Eleições Autárquicas em 2009. Foi reeleito, em 2013, tendo exercido o seu mandato, com todo o empenho e dedicação, até julho de 2016.-----

Era um homem de causas, primando sempre pela sua luta por aquilo em que acreditava. Até sempre Camarada!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Caso o deputado municipal Christopher Maia Oliveira não se opusesse, gostaria de propor um minuto de silêncio e o envio das condolências à família de João Paulo Tomé."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: "Relativamente ao Voto de Pesar de João Paulo Tomé associamo-nos às palavras proferidas pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda.-----

O João Paulo Tomé será sempre lembrado pelas suas convicções e pela sua forma de ver e atuar na política, relembando mais o vez o facto de ser uma das principais vozes a nível nacional no desenvolvimento das Terapêuticas Não Convencionais, ou como o próprio defendia, Medicina Complementar e Integrativa.-----

Por todo o percurso pessoal e profissional o João Paulo Tomé será sempre lembrado com orgulho!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O grupo municipal do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar apresentado pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda.-----

Não queria deixar de ressaltar que o deputado municipal João Paulo Tomé foi sem dúvida um grande democrata, uma pessoa que amava a Figueira da Foz como ninguém. Com ideias muito próprias, que sempre soube debater e apresentar de uma forma muito saudável. E de facto deixa saudades! O Partido Socialista votará favoravelmente este Voto de Pesar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Agradeço as palavras dos grupos municipais do Partido Social Democrata e do Partido Socialista."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Obviamente o executivo municipal também se associa a este Voto de Pesar. É bonito que seja o Bloco de Esquerda a tomar esta iniciativa, e a mim em particular, porque tinha uma grande estima pelo João Paulo Tomé. O executivo municipal está solidário com esse voto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação deste Plenário a proposta de inclusão



ao texto inicial do Voto de Pesar, do cumprimento de um minuto de silêncio e o envio das condolências à família de João Paulo Tomé.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, deliberou, por unanimidade aprovar a alteração ao texto inicial do Voto de Pesar, na sequência da proposta efetuada pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Coloco à votação deste Plenário o Voto de Pesar na sua versão final.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, sob proposta do deputado municipal Christopher Maia Oliveira do grupo municipal do Bloco de Esquerda, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos, e apresentar condolências à família enlutada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

C - FIGUEIRA 2030 - CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO MULTIPARTIDÁRIO INTEGRANDO TODAS AS FORÇAS POLÍTICAS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Plenamente conscientes de que é fundamental a participação de todos no desenho da futura Política de Coesão (europeia, entre Estados, mas também nacional, entre comunidades intermunicipais), concordamos que a reflexão estratégica sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo é um exercício da maior importância.”-----

Ora, dado que o atual Governo quer realizar esta discussão de forma abrangente, envolvendo os mais variados atores, sugerimos e colocamo-nos desde já à disposição para a constituição de um Grupo de Trabalho Multipartidário, com a participação de representantes de todos os Grupos Partidários da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, a fim de elaborarmos uma «Candidatura Figueira 2030» ao próximo período de programação dos fundos da União Europeia, que deverá subordinar-se aos objetivos e opções que venham a ser definidos na estratégia para o país.-----

Fazemos ainda votos que, no âmbito da realização das audições e consultas públicas para discutir a Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020 que está em curso, a Figueira da Foz seja contemplada neste roteiro nacional.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não digo que não devam ser assinalados e serão bem vindos todos os apontamentos que possam ser aflorados no sentido das políticas públicas a merecer continuidade ou acolhimento no Plano Estratégico 2030.-----
Conforme anunciado, este será um pouco na continuação daquilo que foram as prioridades do Quadro Comunitário 2020, a saber, a sustentabilidade, problemas de ordem ambiental, adaptação às alterações climáticas, qualificação, capacitação dos recursos, e isto tem a ver muito com a formação na área do trabalho e na área da educação.-----
Estão assinalados de alguma forma uma revisão nos planos de ação social e de infraestruturas de educação e a competitividade sempre na perspetiva de inovação e investimento.-----
Definidas as prioridades nacionais, então sim na discussão dos pactos regionais podemos ir buscar financiamento para os nossos projetos, que ficam condicionados ao cumprimento de alguns objetivos, tais como, diminuição de CO2, mobilidade, maiores acessibilidades, etc.-----
Singolarmente e localmente ainda não faz sentido apresentar contributos. Podemos de algum modo dar um contributo de ordem estratégica para que no próximo Acordo de Parceria já possamos encaixar os nossos objetivos locais. Neste momento, estão a ser discutidas as prioridades nacionais."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - LINHA DO OESTE - ANÚNCIO DE MELHORAMENTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "É conhecida, por ter sido anunciada, a intenção de melhorar a Linha do Oeste, pelo menos, entre as Caldas da Rainha e Lisboa.-----
Para a Coligação Democrática Unitária, a questão central é saber se esta Assembleia Municipal acompanha a nossa reivindicação de sempre, de, a par dessas melhorias, ser também contemplada a ligação à capital do País, através desta via, conforme existiu até há alguns anos atrás.-----
Esta não é só uma reivindicação da Figueira da Foz, mas também de outros concelhos que sempre foram servidos por esta via, hoje essencialmente dedicada ao transporte de mercadorias.-----
A questão da Coligação Democrática Unitária é saber que desenvolvimentos tiveram as ações conjuntas com as Câmaras Municipais ligadas à Linha do Oeste, desenvolvidas no anterior mandato e, se a Câmara Municipal da Figueira da Foz continua disposta a defender a reposição deste serviço estratégico, entre a nossa



cidade, a Região e a capital do País.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A discussão sobre a Linha do Oeste foi objeto de análise e reflexão, com encontros em Leiria, porque estava pré anunciada a supressão do tráfego entre Leiria e Coimbra.-----

Depois gerou-se um movimento, invocou-se em parceria até com Coimbra que esta linha era sustentável e, salvo erro, nessa altura defendeu-se que devia haver 04 circulações, duas de manhã e duas de tarde, e que uma delas viria à Figueira da Foz. Foi este plano que se conseguiu e julgo não haver alterações.-----

No plano de intervenção está em fase de conclusão, salvo erro, o reforço da Linha do Norte entre Alfarelos e Coimbra e estaria prevista a eletrificação do Lourical a Alfarelos. Isso já permitiria uma ligação da Marinha das Ondas e das fábricas à Linha do Norte. Não lhe consigo responder neste momento quando teremos esta eletrificação. Mas porque é do nosso interesse tratarei de ver qual é o ponto da situação.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - LUSIAVES- INDÚSTRIA E COMÉRCIO AGRO-ALIMENTAR, S.A. - CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “No anterior mandato, a Coligação Democrática Unitária trouxe aqui algumas inquietações sobre a Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., no tocante ao acolhimento de trabalhadores estrangeiros a prestar serviço na sua unidade industrial.-----

Na altura, o Presidente da Câmara Municipal manifestou similar preocupação em relação ao modo como são alojados e quais as condições de trabalho desses trabalhadores. Neste momento, a Coligação Democrática Unitária pergunta se, entretanto, obteve mais alguma informação, na medida em que ficou de tentar saber como realmente as coisas estavam a acontecer.-----

Sei de algumas famílias com crianças a frequentar escolas de 1.º Ciclo e Jardins de Infância da Zona Sul, portanto a comunidade pretende integrar-se.-----

A Coligação Democrática Unitária pretende saber como está a ser feita esta integração, nomeadamente quanto ao esforço que à empregadora diz respeito, mas que também nos diz respeito a todos nós enquanto cidadãos, e à Câmara Municipal enquanto entidade política que superintende os destinos do Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., acolhimento e alojamento de estrangeiros, não é uma questão direta do Município mas, não deixa de ter implicações ao nível da vida em comunidade, do bem estar dos cidadãos.-----

Tenho colhido informações do Presidente da Junta de Freguesia e já dei nota à Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. que o Município estava atento às condições de políticas de alojamento dos estrangeiros.-----

O número de famílias deslocadas não me inquieta por ora, inquieta-me profundamente esta opção de importação de mão de obra e, mais em particular, mão de obra que não tem muitas afinidades com a nossa cultura. Não é por qualquer tipo de discriminação, mas a língua é sempre um espaço de maior integração.-----

Nessa perspetiva, também os apontamentos e as notas dadas pelo Presidente da Junta de Freguesia não são particularmente inquietantes, pois os estrangeiros têm tido alguma política de integração, as crianças frequentam a Escola Básica do 1.º Ciclo e a sua integração está a ser feita nos moldes e exigências mínimas das nossas políticas nacionais."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - EROSÃO COSTEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Muito se tem vindo a falar em relação à erosão costeira a Sul.-----

A Coligação Democrática Unitária não está parada nessa questão e, por exemplo, na próxima semana terá consigo em visita às unidades industriais e também para se inteirar das condições de erosão, um deputado europeu do Partido Comunista Português de seu nome João Ferreira.-----

A Coligação Democrática Unitária mantém-se atenta e gostaria que depressa pudessem ser encontradas soluções, porque as que parecem estar em cima da mesa nos suscitam sérias dúvidas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - PISCINA MUNICIPAL DE QUIAIOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Libânia Ribeiro Pires.-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: "Na sequência das diligências efetuadas pelo nosso eleito da Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Quaiaios, gostaria de colocar duas questões.-----

Quando e em que condições foi estabelecido o protocolo de exploração e de



administração da Piscina de Quiaios entre o Município e a Junta de Freguesia?---
Para quando está prevista a demolição da plataforma de saltos existente nesta
piscina, e que já causou um acidente que poderia ter sido bem mais grave no verão
passado?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A piscina é da Junta de Freguesia de Quiaios e aqui da
nossa parte, quanto muito, pode haver um aconselhamento. Todavia, tomei nota dos
apontamentos que aqui me trouxeram."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - REQUALIFICAÇÃO DOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS NAS PARAGENS DE TRANSPORTES PÚBLICOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fausto Santos Loureiro.-----

FAUSTO SANTOS LOUREIRO: "Felicito a Câmara Municipal por alguns trabalhos e neste
caso particular pelos trabalhos em curso, penso que numa primeira fase, da
substituição dos abrigos de passageiros."-----

Neste momento, essa substituição está a ocorrer ao longo da EN 109 e EN 111, e já
dar para perceber que os abrigos têm uma estética muito interessante, em tudo
contribuindo para um melhor embelezamento do Concelho e também para um maior
conforto das pessoas que os utilizam."-----

Muito obrigado à Câmara em meu nome pessoal e também na qualidade de deputado
municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: "Também felicito a Câmara pela requalificação das paragens dos
autocarros, no entanto, poderia ter havido uma programação diferente, de maneira
a serem substituídos mais para a época do verão, tendo em conta que a maior parte
das crianças que utilizam os transportes públicos neste momento aguardam por eles
à chuva."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Lucília Marinho Cunha.-----

LUCÍLIA MARINHO CUNHA: "Agradeço a substituição dos abrigos de passageiros que
muito enriquecem a nossa Freguesia de Lavos, porque estavam todos degradados e
agora com os novos abrigos sempre fica mais bonita."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Vamos executar os abrigos das paragens de passageiros de
uma forma faseada, são cerca de 300 no total. O custo por unidade é de cerca de
mil euros. Estamos a tentar fazer para já os mais prioritários, mas é um trabalho
de substituição para decorrer ao longo do tempo."-----



O regime contratação pública está asfixiante. A burocracia e o cumprimento das diligências, naquilo que é a falta de confiança nos serviços públicos, leva a um número cada vez maior de diligências de aparente proteção que acabam por ser elementos entorpecedores.-----

Pessoalmente, defendo mais discricionarieidade nos serviços públicos mas, este regime de contratação obriga a uma série de procedimentos e formalidades muito exigentes e portanto nem sempre os concursos se concluem no tempo que desejaríamos. Isto serve não só para explicar a questão das paragens mas também algum desfasamento entre os nossos concursos, as nossas pretensões iniciais e os acidentes de percurso. Aliás, o Tribunal de Contas está também numa exigência, num sucessivo pedido de esclarecimentos que leva depois a uma dilação de prazos não previstos.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO - FESTA DE ANIVERSÁRIO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “É do conhecimento geral que no ano passado, num dia fatídico, houve uma festa no Parque Municipal de Campismo, com direito a fogo de artifício. Tanto quanto sei a festa foi efetuada pelo 50.º aniversário do Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente deste Município. Posteriormente, foi este assunto discutido em sede de reunião de Câmara de 17 de julho de 2017, e o Presidente do executivo dirigindo-se a um Vereador do Partido Social Democrata afirmou estar em curso um inquérito de averiguações, estando já praticamente concluído.-----

Esse inquérito já foi concluído? Se sim, quais foram as suas conclusões?-----
Isto porque já conheço alguns outros inquéritos, também eles seriam muito rápidos e já passaram muitos anos e ainda não se fez luz sobre os mesmos. Cito como exemplo, um que nunca me há de esquecer, do Vereador Carlos Monteiro, Vice-Presidente da Câmara, sobre uns patos que tinham morrido no Oásis, e cujos resultados ainda estamos à espera até hoje.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Tem sido nossa política não deixar passar qualquer infração disciplinar que seja do nosso conhecimento. Esta matéria suscitou alguma polémica. Em si mesma não se poderia dizer necessariamente que constituísse uma matéria de infração disciplinar, mas devia ser averiguada e foi. Foi averiguado e foi levantado um processo disciplinar que está a decorrer. O visado foi notificado



para apresentar a sua defesa, alegadamente por uma violação de um dever de zelo que está por demonstrar. Porque também entra aqui o direito do contraditório. O processo encontrar-se-á em fase de conclusão.-----

Eu tenho para mim como princípio nada escamotear em termos de averiguações. Nem todas as averiguações culminam em processos disciplinares. Acredito no princípio «in dubio pro reo» e que as pessoas têm direito às suas prerrogativas de defesa. Portanto não faço julgamentos precipitados sobre nada e muito menos sobre matérias disciplinares ou criminais.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CRUZAMENTO NA PARTE SUL DE MARINHA DAS ONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Gostaria de sugerir à Câmara Municipal, através dos seus serviços de trânsito, a alteração significativa da tipologia do cruzamento na parte Sul de Marinha das Ondas que dá acesso à EN 109, porque da forma como está induz em erro os automobilistas.-----

Não falo isto de uma forma leviana, mas pelo número de acidentes ocorridos no local e pela quantidade de mortos que já lá houve.-----

Não é culpa deste executivo, mas da forma como foi concebido, diga-se em abono da verdade, induz quem lá entra a pensar estar numa rotunda. E tem havido consequências gravíssimas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Cruzamento de Marinha das Ondas é na verdade um problema que gostaríamos de já ter resolvido. A Câmara Municipal faz a pressão junto da Infraestruturas de Portugal para que cumpra os prazos a que se comprometeu. O que estava acordado por Portaria é que haveria uma intervenção e projetos no âmbito das rotundas da EN 109 a começar de Norte para Sul, para as correções de trânsito que têm sido assinaladas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - CENTRO DE SAÚDE DO PAIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “No que diz respeito ao Centro de Saúde do Paião, o que temos vindo a assistir é uma desqualificação permanente dos seus serviços, o reencaminhamento constante dos utentes que ali se deslocam a esse Centro de Saúde para o Centro de Saúde de Lavos, alegando não haver consultas nem exames. Vamos chegar ao ponto de no final do ano para as estatísticas contam aqueles utentes



atendidos no Centro de Saúde de Lavos, mas não contam os utentes que se deslocaram ao Centro de Saúde do Paião e não foram atendidos, e isto levará à sua desqualificação.-----

De referir que ultimamente o Centro de Saúde tem encerrado às quartas e sextas feiras da parte da tarde. Um Centro de Saúde num centro geográfico como este é coisa que não se compreende!-----

Na última campanha eleitoral das autárquicas 2017 foram anunciadas como promessa eleitoral obras no Centro de Saúde e que as mesmas iriam ter início no mês de novembro. Estamos em finais de fevereiro e até agora nada. Por isso pergunto quando se prevê o início destas obras?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A opção apresentada ao Município foi de criar dois polos onde tendencialmente seriam criadas e instaladas unidades de saúde familiares. São eles os de Lavos e de Alhadas. Acompanhamos sem discutir e colocar em causa a taxa de esforço necessária para a construção destes dois módulos. O apelo que temos feito aliás em parceria com os Presidentes das Juntas de Freguesia é que os Centros de Saúde se mantenham para os cuidados de saúde primários, nomeadamente de prescrição médico medicamentosa.-----

Mas queremos ter mais e melhores cuidados de saúde, nomeadamente na questão dos diagnósticos e dos exames, etc., que não eram feitos nas extensões de saúde mas que poderão vir a ser feitos nas unidades de saúde familiar.-----

Em relação ao Centro de Saúde do Paião nós acompanhamos, falamos com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. que infelizmente e por força dos constrangimentos orçamentais não tem capacidade para intervir e o Município está disposto a acompanhar esta requalificação e para isso, como veremos à frente, está prevista uma rubrica de 70 mil euros para a requalificação do Centro de Saúde do Paião."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - CRUZAMENTO JUNTO À SECÇÃO DO PAIÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "No cruzamento da Rua Professor José Nunes Gonçalves, no Paião, e a Avenida 25 de Abril, junto ao posto avançado dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz, em 2016 houve lá 04 acidentes de que resultaram 06 feridos com necessidade de cuidados hospitalares. Em 2017, ocorreram 06 acidentes de que resultaram 02 feridos com necessidade de cuidados hospitalares. E estes números são só aqueles que obrigaram a intervenção da Guarda Nacional Republicana e ficaram



registados.-----

Só refiro isto, porque na minha última intervenção foi contraposto que o número de acidentes tinha vindo tendencialmente a reduzir e pelos vistos não é bem assim.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Estamos atentos ao Cruzamento dos Bombeiros Paião, pintamos, colocamos espelhos, enfim, poderemos adotar ali algumas medidas alternativas de maior segurança. O que nos tem sido referido é que desde as últimas intervenções os acidentes diminuíram.-----

Julgo haver ali uma tradição do passado, não contavam com a circular e portanto ainda continua a estrada antiga a ser prioritária, mas, o contrário também seria gravoso porque era uma estrada secundária a ter prioridade sobre uma estrada prioritária.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M – SUBSTITUIÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO NAS ZONAS ATINGIDAS PELOS INCÊNDIOS DE 15 DE OUTUBRO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Nos locais por onde os fogos de outubro lavraram, as placas ainda continuam todas queimadas e destruídas e já lá vão uns bons meses.-----

Por isso apelo à Câmara Municipal no sentido de proceder à substituição desta sinalização deteriorada na sequência dos incêndios.-----

Já não basta a desgraça que houve e as placas permanecerem ali com aquelas «características» fazem lembrar o fatídico dia 15 de outubro de 2017.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Registei a nota do deputado municipal Pedro Alves Macedo. Efetivamente estamos ligeiramente atrasados na recolocação das placas de sinalização. Já foi feito o levantamento mas essa intervenção também está prevista.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N – REQUALIFICAÇÃO DA IC1

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: “Relativamente à IC1, relembro que no Plano de proximidade da empresa pública Infraestruturas de Portugal, referia que a requalificação da mesma seria para 2017.-----

Essa intervenção incluía o pavimento sobre a ponte Edgar Cardoso e a substituição dos cruzamentos da Costa de Lavos e da Leirosa por Rotundas. Recordo que essas



obras tinham um orçamento de 5,8 milhões de euros.-----
Assim sendo, que diligências tem o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, tomado com vista à real resolução do problema que tanto tem afetado a população Figueirense?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Tiago Cadima Jorge volta à questão da requalificação da EN 109. Está parcialmente respondida. A promessa feita no quadrimestre era a EN 109, falou no IC1, bem sei que também nós fomos enganados. O apelo que aqui possam fazer serve de reforço à nossa intervenção perante a Infraestruturas de Portugal.-----

Assim se constrói a nossa democracia, sendo certo que isto às tantas também ultrapassa o limite da tolerância. Mas também aqui as restrições têm ditado a quase impossibilidade de intervenção da Infraestruturas de Portugal."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE BUARCOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Tiago Cadima Jorge.-----

TIAGO CADIMA JORGE: "A intervenção prende-se com as obras de requalificação de Buarcos.-----

Neste sentido, vinha requerer ao Presidente de Câmara da Figueira da Foz, uma apresentação do projeto de requalificação aos Deputados Municipais.-----

Sei que foi realizada uma apresentação pública no Teatro Caras Direitas, mas num horário (18,00 horas) em que muitos fregueses estavam a trabalhar. Teria feito mais sentido, a não ser que não fosse do interesse de V.Ex.^a, a realização desta apresentação num horário pós-laboral.-----

Muitas são as dúvidas que se levantam nesta requalificação!-----

Vai existir uma grande alteração das redes viárias, por isso fazia a seguinte questão: foi feito algum estudo neste sentido?-----

E o estacionamento? Vão destruir estacionamento e só será compensado numa segunda fase, depois de 2021? Ou seja, em altura de eleições?-----

Por fim, referir que não se entende que Buarcos tenha zonas degradadas dentro da ARU e a autarquia vai gastar dinheiro de fundos europeus a destruir o que está bem!-----

De facto, não se percebe como foi avaliada esta reabilitação!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Fizemos a apresentação pública do plano de intervenção em



Buarcos. Aqui poderão perguntar porquê estas ruas e não outras, e eu responderia que se pudesse escolher tentaria fazer o encaixe destas políticas de financiamento noutra prioridade.-----

A construção de todos estes projetos de intervenção urbanística está condicionada à diminuição do tráfego e à prioridade a sistemas de mobilidade suave. Foi com base nestas prerrogativas que obtivemos as linhas de financiamento. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro define quais são as prioridades para os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e o Município da Figueira da Foz apresentou aquilo que era a nossa estratégia. Foi analisado, foi aprovado e após isso nós encaixámos as candidaturas. É um esforço que já tem 03 anos desde a sua negociação, aprovação aos projetos e agora ao concurso, adjudicação, fiscalização e visto do Tribunal de Contas e depois a ação.-----

Esta intervenção orçando cerca de 02 milhões de euros e as outras intervenções, enriquecerão e agregarão todo aquele espaço pedonal e de aproveitamento dos cidadãos numa forma dominante, ou seja, o domínio da praça sobre o tráfego.-----

As intervenções urbanísticas estão condicionadas a um prévio encaixe em opções de ordem ambiental, urbanística ou de sustentabilidade e daí a adaptação dos nossos projetos. Mesmo a intervenção nas praças tem também esse objetivo. Não queremos diminuir o estacionamento, pelo contrário, este projeto de criar um Parque de Estacionamento pretende aumentá-lo de uma forma discreta e mais compatível com a circulação pedonal.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - PROJETO DA ILUMINAÇÃO NOTURNA NA PRAIA DO CABEDELLO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Paulo Martinho Pinto.-----

PAULO MARTINHO PINTO: “Baseando-me em notícias na imprensa local acerca de um ano relativas ao projeto da iluminação noturna na praia do cabedelo a concurso no anterior Orçamento participativo, que dizia o seguinte:-----

«A iluminação do mar, na praia do cabedelo da margem sul do concelho da Figueira da Foz, é uma aspiração antiga do movimento cívico SOS Cabedelo, que apresentou uma candidatura nesse sentido ao Orçamento Participativo (OP) de 2017. O projeto acabou por não conseguir os votos suficientes para ser contemplado com uma fatia do Orçamento Participativo, apesar de ter recebido o apoio incondicional da comunidade de surfistas do concelho, mas mereceu o reconhecimento do executivo municipal, que decidiu incluí-lo na empreitada mais alargada de requalificação do Cabedelo.»-----



Exm.º Presidente já que mereceu o reconhecimento do executivo municipal conforme suas declarações, onde está a inclusão da mesma na Área de Reabilitação Urbana do Cabedelo?-----

Continuando a citar a mesma notícia, as suas declarações na imprensa local foram: «Por solicitação do SOS Cabedelo serão enquadrados neste projeto os equipamentos de iluminação necessários à prática do surf noturno». «Para o grupo de cidadãos e praticantes que abraçou esta ideia, foi uma enorme alegria e motivo de orgulho saber do compromisso da autarquia em avançar com a iluminação do Cabedelo para a prática do surf durante o período noturno», reconheceu o escritor surfista e seu mandatário de candidatura Gonçalo Cadilhe.-----

Veja bem, «compromisso» Senhor Presidente... compromisso em a Autarquia avançar com o projeto de iluminação do Cabedelo para a prática de Surf durante o período noturno.-----

Perante toda esta informação, apenas posso constatar que o Presidente estará à espera de ver se em Troia existirá iluminação noturna para só depois a figueira marcar pontos a nível de notoriedade com esta decisão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A iluminação da Praia do Cabedelo não está em causa. Está integrada no nosso Plano Estratégico de Intervenção da Requalificação da Área do Cabedelo, e portanto, será feito na mesma altura. Também já tentei aqui justificar as razões da burocracia e das dificuldades com que nos vamos defrontando. Não faz sentido estarmos a pôr os postes de iluminação da praia antes de executar a intervenção profunda que ali pretendemos levar a cabo.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - MANUTENÇÃO DA TRABALHADORA MARIA JOÃO NA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE LAVOS -

AGRADECIMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Lucília Marinho Cunha.-----

LUCÍLIA MARINHO CUNHA: “Quero agradecer os procedimentos encetados pela Câmara Municipal junto do Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para manter em funções a auxiliar da Escola Pré-Primária.-----

Os pais ficaram alarmados quando souberam que a auxiliar educativa Maria João que já ali trabalha há 30 anos iria sair para o Paião. Gerou-se um burburinho grande e eu telefonei ao Vereador Carlos Monteiro e ele de imediato disse ir tratar do assunto.-----

Posteriormente, o Vereador Nuno Gonçalves em consonância com o Chefe de Divisão



de Educação e Assuntos Sociais enviaram um ofício para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a trabalhadora mantém-se Na Escola Pré-Primária, pelo menos, até ao final do ano.-----

Mas se fosse possível a sua continuidade seria ótimo, pois esse é o desejo dos pais, porque ela é uma pessoa carinhosa, uma segunda mãe para as crianças, e os pais deixam ali os seus filhos com a certeza de serem bem cuidados.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO CARNAVAL DE BUARCOS/2018

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "O Carnaval de Buarcos foi mais um sucesso como era de prever. As pessoas já se habituaram a colocar o Carnaval de Buarcos nas suas agendas de diversão e não faltam! É ver a Avenida apinhada de gente, alegria nos rostos e uma imensa animação. Mais uma vez se cumpriu este apelativo evento que anima a nossa maravilhosa cidade que, como todos os anos, traz centenas de pessoas a esta linda terra atraídos pelo sucesso, beleza, alegria e até o profissionalismo que o Carnaval de Buarcos já atingiu. De ano para ano vem-se assistindo ao recrudescer dessa beleza, dessa profusão de cores na riqueza dos fatos, no rigor, na batida musical e nas letras onde dão «asas» à imensa imaginação.-----

O Carnaval movimenta e agita alegremente, ao longo do ano, as escolas de Samba, Novo Império, Mato Grosso e Rainha, que nos fazem sentir todo o seu charme quando deslizam elegante e alegremente na Avenida do Brasil, fazendo-nos pensar que o Brasil desceu à cidade! As coletividades sentiram o apelo e a SURL, o GRV, o GIS bem como a Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, o Grupo do Carlos com as suas «deliciosas Matrafonas» completam a folia, a boa disposição e a gargalhada fácil.-----

Está de parabéns a Associação do Carnaval de Buarcos e São Julião na pessoa do seu responsável, Senhor José Gouveia, bem como o empenho da freguesia de Buarcos e São Julião e da Câmara Municipal e todo o pessoal que trabalha afincadamente neste evento não deixando morrer esta tradição de há muitos, muitos anos e que, atingiu hoje, um patamar de excelência que deixa o Carnaval de Buarcos como cartaz imperdível.-----

Parabéns a todos os envolvidos!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Acompanho a saudação da deputada municipal Isabel Guardão Tavares em relação ao Carnaval, um carnaval de voluntariado e associativismo.



Saúdo o Senhor José Gouveia porque de facto conseguiu apresentar um desfile de grande qualidade e que tem vindo a melhorar de ano para ano. Como sabem as receitas da Associação dependem muito do tempo, enfim, estamos agora a aguardar o resultado da receita e a sustentabilidade do projeto.-----

Porém, desde já, gostaria de saudar todos os aderentes chamados foliões que ajudam a fazer esta festa. Trata-se de uma festa de cariz estritamente popular, goste-se ou não, e a Câmara Municipal pretende acompanhar de uma forma transversal aquilo que são as opções da comunidade e, em particular, das associações e sempre com a perspetiva de ajudar e favorecer o voluntariado.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - NOTA DE AGRADECIMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Queria endereçar a todos vós um agradecimento sincero por todo o apoio, carinho e atenção que tiveram para comigo num dos momentos mais tristes e difíceis da minha vida. A todos muito obrigado”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - RUA ASSOCIAÇÃO NAVAL 1.º DE MAIO - TRÂNSITO CAÓTICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: Quero recordar aqui o Vereador do trânsito da necessidade de resolução do problema da Rua da Associação Naval 1.º de Maio.-----
Continua ali um trânsito caótico e mais cedo ou mais tarde vai haver um problema e eu quero saber de quem será a responsabilidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não tenho nota de acidentes junto ao Intermarché, julgo que aquele cruzamento ficou melhorado e facilita mais o trânsito. Vamos acompanhando a situação.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - BYPASS VERSUS DRAGAGENS E OUTRAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “A propósito da entrevista dada há poucos dias pela Vereadora Ana Carvalho, gostava Senhor Presidente de levantar as seguintes questões:-----

- Bypass-----

Disse a Vereadora que «a manutenção anual do bypass custa 09 milhões e a dragagem 03 milhões».-----



Disse V.Ex.^a na Assembleia passada «o estudo ainda está por fazer e enquanto o mesmo não estiver concluído não faz sentido avançar com o bypass». Ora assim sendo colocam-se as seguintes questões:-----

- O Governo já concluiu o estudo sobre os benefícios e custos da instalação do bypass? Se sim, onde se encontra tal estudo? Se sim, porque o Município ainda não deu a conhecer aos membros desta Assembleia?-----

- Será que esta intervenção da Vereadora ao defender a continuação das dragagens reflete a opinião da vereação socialista e, portanto, não vão defender a aplicação do bypass?-----

- Desta entrevista também fica claro que as grandes intervenções urbanísticas anunciadas com pompa e circunstância por V.Exa. só se irão realizar as primeiras fases!!! A segunda fase é para se realizar por altura das eleições?-----

- Na intervenção no Cabedelo afinal o que se pretende fazer, neste momento, é tão só encurtar o Parque de Campismo, até porque não se tem uma ideia do que ali se vai fazer, palavras da Vereadora na referida entrevista, e uma estrada! Isto é muito pobre...-----

- Na frente marítima de Buarcos o que se pretende na primeira fase é tão só a redução da mobilidade dos veículos! Afunilando as estradas...-----

E então, as melhorias nos meios de transporte, não foram acauteladas?-----
Mas não há preocupação de se fazerem parques de estacionamento? Só estão previstos para a segunda fase...-----

Ou será que o parque de estacionamento do supermercado Continente, após as tais obras da primeira fase, vai ser pago? Diga-me já agora Senhor Presidente se o LIDL pode cobrar o estacionamento? Está devidamente licenciado para tal?-----

Lamento que o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião não se preocupe com tal situação, pelo menos até agora tem estado em silêncio...-----

Disse também a Vereadora «que quando fizeram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano não havia um diagnóstico feito da parte social» Isto é normal? Isto é um planeamento correto?-----

- Vão arranjar as Praças e o saneamento da zona antiga habitacional que está obsoleto?-----

- O arranjo da Praça General Freire de Andrade, denominada Praça Velha vai reduzir o estacionamento indo V.Ex.^{as} fazer um parque no antigo edifício da Polícia de Segurança Pública. Garante que esse parque não vai ficar maioritariamente ocupado com os hóspedes do hotel que vai ser construído nesta praça?-----



- Continua-se a falar na construção de grandes superfícies, o Senhor Presidente acha bem? Será que se pretende no futuro, quiçá breve, criar-se a Rota Turística das mercearias?-----

- Ainda na referida entrevista a Vereadora diz que «os figueirenses não têm ideia da quantidade de fábricas que estão a surgir na Figueira da Foz». Afinal quantas? Quantos postos de trabalho?-----

- Zona industrial do Pincho há mais de um ano que a autarquia é proprietária dos terrenos e não se passa nada? O que é que se está a pensar fazer desta Zona Industrial?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não foi a Câmara a licenciar o LIDL para ter estacionamento pagos. No licenciamento destas superfícies comerciais a única premissa que a lei nos permite é de facto fazer os concertos de ordem urbanística e compatibilização dos investimentos com o espaço de inserção. Poderemos ver se esta questão está ou não no processo de licenciamento.-----

As grandes superfícies já foram objeto de discussão durante a campanha eleitoral. Antigamente estes pedidos eram remetidos e analisados por uma Comissão Técnica e, em função do seu parecer, as câmaras podiam licenciar ou não. A Comissão Europeia entendeu que isto era uma restrição à concorrência, acabou com a exigência deste parecer. Assim sendo, a entidade administrativa da tutela apenas tem de fazer cumprir os planos, podendo exigir estas compatibilizações com os Planos de Urbanização. Os proponentes fazem os pedidos de informação prévia, se tiverem cumprido todas as normas legais, não temos qualquer razão de impedimento a que possamos recorrer, sem embargo de se poder fazer um apelo ao legislador para que tome medidas nesta matéria. Sendo a livre concorrência dominante no espaço europeu será muito difícil reverter a situação.-----

O Município da Figueira da Foz é proprietário e detentor de cerca de 20 hectares na área dos 100 hectares prevista para instalação do Parque Industrial do Pincho. Estamos a ultimar um processo longo e demorado de aquisição de 20 hectares a Sul do Parque Industrial, que vai permitir ampliar em cerca de 15 hectares, salvaguardadas as zonas de proteção à Floresta. Temos um anteprojecto para concursar ao COMPETE 2020 para infraestruturar mais 20 hectares.-----

O problema que se coloca no Pincho é que não tendo nós financiamento e tendo ainda área disponível, o Pincho pode ser uma prioridade para um grande investimento.-- Temos dado nota aos investidores mas é prematuro fazer com capitais próprios uma



infraestruturação, porque não os temos e também não temos uma certeza do seu destino.-----

Estamos sempre disponíveis para um projeto de acordo com um eventual investidor.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Independentemente daquela que será a resposta do Presidente da Câmara ou da Vereadora Ana Carvalho Oliveira, gostaria de transmitir a posição do grupo municipal do Partido Socialista relativamente ao Bypass.-----

Aquilo que está a ser feito pelo Município da Figueira da Foz está a ser bem feito e, obviamente, sem qualquer precipitação, independentemente, de termos a perfeita consciência de que o assunto é urgente e carece de uma rápida intervenção.-----

O Bypass é uma questão que tem sido uma bandeira de alguns cidadãos e depois se transformou numa bandeira política para alguns.-----

Primeiro deve ser estudado o que é financeiramente alcançável, equilibradamente mais justo, mais correto e que mais salvaguarda os interesses das populações vítimas de erosão costeira, e em segundo lugar, se possível, que salvaguarde os interesses daquilo que é do ponto de vista turístico a importância do Surf para a Figueira da Foz.-----

Foi aprovado um estudo com a Câmara Municipal, Agência Portuguesa do Ambiente e também com o Porto de Aveiro e Figueira da Foz no sentido de perceber qual a melhor solução para a Figueira da Foz e quais os custos de cada uma das soluções possíveis. Até esse estudo ser público e se saber o que é mais eficaz, o Partido Socialista defende qualquer solução. Se for o Bypass a opção economicamente mais alcançável e a melhor solução, o Partido Socialista cá estará para defender o Bypass. Se não for o Bypass, pois então que se encontre outra solução que mais rapidamente salvaguarde as populações vítimas desta erosão costeira diária que vemos não só no Concelho, mas a Sul das praias da Figueira da Foz.-----

Não vamos alimentar uma grande batalha política sobre esta matéria. Entendemos que tem sido útil nalgumas discussões defender o Bypass, mas desejamos que este estudo seja feito celeremente para então sim se discutir politicamente esta questão.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Agradeço a intervenção do deputado municipal João Raul Portugal e fico satisfeito por afirmar não haver ainda estudo nenhum.-----

Por isso, eu não percebo que a Vereadora Ana Carvalho Oliveira na entrevista fale em valores. Ninguém está aqui a dizer se o trabalho está bem feito ou mal feito. É evidente que são necessários estudos. Agora, não se pode estar a falar em valores



para valorizar uma opção em prol da outra.-----
Não se trata de bandeira política nenhuma, trata-se de encontrar uma solução para resolver um problema.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “A Vereadora Ana Carvalho Oliveira se assim o entender se defenderá. Mas pelo que entendi, a base do estudo não é em concreto sobre a Figueira da Foz. Trata-se de estudos feitos para a implementação do Bypass noutros países, nomeadamente, na Austrália em que os valores abordados são incomportáveis para um investimento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: A erosão costeira é um problema. São sabidas e conhecidas as dificuldades financeiras que o país tem para executar as intervenções. Elas estão inseridas no Acordo de Parceria Portugal 2020 no combate à erosão costeira, cuja liderança cabe à Agência Portuguesa do Ambiente.-----

Para além das intervenções pontuais feitas e outras que serão candidatas, nomeadamente, em relação ao Cabedelo, estamos agora em negociação sobre o desassoreamento da Barra cumulativamente com a política de combate à erosão costeira.-----

A Administração do Porto da Figueira da Foz apresentou um trabalho e um esboço de um projeto da autoria da Universidade de Aveiro em fase de conclusão que, no fundo, passa pela remoção de areias a oeste da praia da Figueira quase à beira mar, a 200 ou 300m na linha do molhe. Segundo estudos estimados poderá atingir cerca de 03 milhões de metros cúbicos onde se pretende intervir. A solução aponta para dragagens continuadas de cerca de 335 metros cúbicos por ano.-----

E aqui é pertinente o estudo do Bypass na solução apresentada pela Associação Pró Surf, incluído no orçamento da própria Agência Portuguesa do Ambiente por recomendação da Assembleia da República e que irá ser agora lançado.-----

Mas ponto assente é precisarmos urgentemente de fazer a transferência deste assoreamento de areias, que ascende a cerca de 03 milhões de metros cúbicos e que se estende ao longo de 500m da costa.-----

A Vereadora Ana Carvalho Oliveira no âmbito da sua entrevista referiu que os custos de manutenção do Bypass na Austrália ascendem a cerca de 09 milhões de euros. É uma informação que vale o que vale.-----

Em relação a esta questão, o que nós sabemos é que em sistema de dragagem 01 m³ custa 3,00 €, em sistema de sucção e injeção seguramente terá um preço mais elevado



ou menos, mas isso está por demonstrar.-----
A grande dificuldade é a questão da sustentabilidade permanente. E o Bypass é a garantia de que o assoreamento não se faz na cabeça do Molho Norte e que a deriva da areia para Sul tenderá a depositar nas praias a Sul. Isso poderá ter um acréscimo suplementar porquanto, a dragagem de um lado para o outro posta na deriva tem este custo, se for posta junto e injetada em termos de shot junto à praia tem um custo acrescido.-----

O estudo da Universidade de Aveiro procura saber a dinâmica das areias, fica depois em alternativa e discussão saber se os sistema de Bypass mecânico ou o sistema de dragagem é a melhor solução de combate ao assoreamento, a título permanente.----
O governo ainda não concluiu os estudos sobre o Bypass. Tal como referi a Agência Portuguesa do Ambiente tutela esta opção, vai iniciar o procedimento para este estudo do Bypass e analisar o estudo entretanto desenvolvido pela Universidade de Aveiro, para assumir ou não as propostas nele apresentadas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V - CRUZAMENTO DA A14 E RUA JUNTO AOS ARMAZÉNS DE LAVOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues.-----

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “Quando se chega ali a Montemor-o-Velho e se sai da A14, o cruzamento não tem sinalização rodoviária há muitos anos. É uma zona de muitos acidentes e a sinalização rodoviária é um bocado decapitada pelos automóveis. E, de facto, há muitos anos que essa sinalização lá não existe.----
Quem vem de Coimbra e quer entrar na A14 tem de ter algum cuidado com aquele cruzamento, porque os automobilistas ficam um bocado baralhadas e podem causar ali pequenos acidentes sem necessidade. Uma sugestão à Câmara para colocar ali os sinais. -----

Uma outra situação ali próximo dos Armazéns de Lavos onde recentemente foi feita uma intervenção na faixa de rodagem. A intervenção foi bem feita, a pedido e alguém, nomeadamente com a colocação de uma linha contínua no eixo da faixa de rodagem. Acho correto, está bem, porque obriga as pessoas a reduzir um bocado a velocidade. Todavia, quando se mexe no trânsito temos de ter essencialmente cuidado com os peões. E não foi cuidado aquilo que é dos peões, ou seja, não há passeio e não há berma.-----

Hoje em dia, as regras de trânsito foram alteradas e não permitem certo tipo de mobilidades em certos locais, nomeadamente, quando estamos em presença de peões



ou ciclistas. Ora, quando há um peão na faixa de rodagem naquela zona qualquer condutor passa ali 10 minutos a circular atrás dos peões ou do ciclista, se não quiser cometer infrações. Assim, propunha que antes de se realizarem certo tipo de intervenções se pense no trânsito no seu todo. Neste caso em concreto, deveria ter sido executada uma berma para os peões e então depois repartir a faixa de rodagem em duas sem possibilidade de ultrapassagem.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Cruzamento de Montemor-o-Velho não é da nossa competência, mas tomamos devida nota.-----

Os passeios e as bermas é sempre uma grande dificuldade que temos para garantir a circulação a dois automóveis e a limitação ou restrição que temos de fazer percursos de passeios.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Por profundo respeito à democracia, enquanto ideia e enquanto prática, e por profundo respeito ao Presidente da Câmara, enquanto pessoa e enquanto dignitário público, eu ouvi 50 minutos nos quais tentou responder às questões que lhe foram colocadas. O Presidente da Câmara teve muito mais tempo que os deputados municipais, o que me parece de assinalar.-----

A intervenção do Presidente da Câmara do meu ponto de vista poderia resumir-se a duas grandes máximas «tudo o que é estratégico é para mais tarde» e «tudo o que se pode ou tem de se fazer não é da nossa competência».-----

O que é estratégico é a questão das mobilidades interna ou externa, Linha do Oeste, Ramal da Pampilhosa, ligação ao IP3 e como se irá depois fazer a interligação com a Espanha, o Porto da Figueira da Foz, erosão costeira, indústria onde temos neste momento um Parque que é semicomercial e semi-industrial, o Cabo Mondego. Isto é verdadeiramente estratégico! A questão da aproximação da cidade a praia e vice-versa. Isto é estratégico e portanto sobre isso não sabemos nada, é para mais tarde. O que tem de ser feito não é da nossa competência, ou é da Agência Portuguesa do Ambiente, ou o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. etc. Da intervenção do Presidente da Câmara fico sempre com a sensação de que qualquer pequenina vitória parece que a Figueira da Foz é uma cidade modelo a nível nacional e se calhar até a nível planetário.-----

Eu tenho este feitio talvez esquisito mas não me contento muito em ser reativo e gosto mais de ser proactivo. Esta é a casa da democracia e da estratégia para o



Concelho da Figueira da Foz.-----
E fico algo preocupado por exemplo quando se propõe um gabinete ou grupo de estudos pluripartidário, o que nos é dito é que ficamos à espera da estratégia do Governo. Penso que não é assim que nos devíamos comportar aqui na Figueira da Foz, nós devíamos desde já estabelecer o que queremos para o projeto Portugal 2030. Ao contrário do que o Presidente da Câmara aqui tentou dizer este projeto não é um mero exercício de probabilidades e está em curso. Este Governo já definiu inclusivamente um roteiro de participação das localidades, dos Concelhos, das Comunidades Intermunicipais. O projeto Portugal 2030 está em curso e ouço com alguma incredulidade esta permanente colagem àquilo que se pode vir a definir mais tarde.-----

Mesmo que esta Câmara possa ser considerada uma Câmara de serviços mínimos, é uma Câmara de gestão corrente dos dossiers, mas mesmo assim eu gostava só de deixar duas ou três questões. Gostava de saber exatamente em que ponto é que se encontra o processo. Quase todos os dias na comunicação social se ouve falar do Ikea, Mercadona e depois esta sucessiva troca de informações, vêm para cá e depois já não vêm. Eu como figueirense lidei mal com a resposta do Ikea «não nos interessa a Figueira da Foz». Avançam-se informações cuja origem não se sabe muito bem qual é, o que é facto é que nós vemos algumas obras ou prospeções a decorrerem em certas zonas da Figueira da Foz.-----

Quantos hipermercados é que se pretendem instalar na Figueira da Foz? Com que propósito com que calendário? As superfícies comerciais já instaladas já estão licenciados?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Peço ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco que abrevie. Eu concedi-lhe a palavra para solicitar algum esclarecimento em relação às explicações do Presidente da Câmara, mas está a colocar questões novas, e isto não pode ser..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues.-----

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Para esclarecer o Presidente da Câmara falei do Ferrestelo faz parte da Figueira da Foz, a sinalização é da nossa responsabilidade. Quando se sai da A14 em direção a Montemor-o-Velho na chamada Vila Mota.-----
As nossas obras na IC1 ficam todas para trás mas eu por motivos profissionais conheço a estrada desde a Figueira da Foz a Alcobaça e garanto-lhe que ultimamente tem-se feito grandes intervenções no Concelho de Pombal e Leiria."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Estou satisfeito por manter o que já tinha dito na anterior Assembleia Municipal. Está-se a estudar o Bypass é pena que se esteja a demorar tanto tempo no estudo do Bypass. Agora, com o devido respeito, lamento que se façam comparações de preços, nomeadamente com estudos na Austrália, porque só servem para iludir a população, nada mais.-----

Gostava só de referir, porque não foi bem respondido, na primeira fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano em Buarcos vai-se eliminar estacionamento. Os estacionamentos que estão previstos construir serão só na segunda fase, provavelmente na altura das eleições.-----

Eu gostava de saber é que eliminando-se estacionamentos, onde é que as pessoas entretanto vão ter estacionamento se não há transportes coletivos adequados para esse fim?-----

Fiquei a saber que a Câmara Municipal fez um grande investimento no Pincho e vai fazer mais investimento e fica a aguardar que haja um investidor que faça as obras. Na entrevista da Vereadora diz que os figueirenses não têm ideia de quantas fábricas estão a surgir na Figueira da Foz. Eu gostava de saber quantas e quantos postos de trabalho estão a ser criados?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu não vejo nenhum problema no desenvolvimento industrial. A Figueira da Foz está firmada como o centro de maior produção de riqueza da Região. É sem duvida o Concelho mais industrializado de toda a Região de Coimbra. Nós não fizemos nenhuma intervenção no Pincho, nenhum investimento no Pincho, porque na nossa ordem de prioridades está esta candidatura a financiamento para expansão e requalificação do Parque Industrial. Uma vez saturado este Parque Industrial, então aí já nos podemos orientar para o Pincho. A médio prazo os 20 hectares julgo que serão suficientes.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco colocou mais uma série de questões e fez uma apreciação crítica daquilo que eu disse. Está no seu direito. Eu tentei explicar-me da melhor maneira, disse que não há concretamente neste processo de negociação uma colocação da Figueira da Foz de per si no âmbito da discussão do futuro Acordo Portugal 2030. Todos os contributos são bem vindos e estão a ser neste momento canalizados para a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Da nossa parte apostámos na competitividade, no combate à erosão costeira, ou seja, no fundo na nossa estratégia que eu sei que é mal amada, mas é a que nós



temos e é aquela que nós cumprimos.”-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO
ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Continuámos a lamentar que fiquem fora desta informação assuntos que foram tratados em reuniões de Câmara imediatamente anteriores às sessões da Assembleia Municipal. Estamos a referir-nos a três reuniões de Câmara do mês de janeiro e do mês de fevereiro que aqui não estão e que acabarão por aparecer fora de horas, passe a expressão.-----

Constatámos que continua a haver um elevadíssimo número de externalizações de serviços de aquisições de serviços, sendo que uma vez mais vamos pedir a lista destas externalizações, mas consideramos que seria de bom tom e de toda a utilidade que estas listas apresentadas em reunião de Câmara também o fossem a esta Assembleia Municipal.-----

A páginas 12 deste documento fomos confrontados com aquilo que consideramos ser uma votação atípica, nomeadamente quando o Partido Social Democrata tem estado connosco no que à questão do Cabedelo diz respeito, mas entretanto tem uma oportunidade de votar a suspensão da obra e o seu grupo se divide na Assembleia Municipal, o que nos deixou um tanto perplexos.-----

Nessa mesma página 12 é referida a questão do tarifário da água para 2018 e manifestamos aqui também a nossa admiração pelo facto do Partido Social Democrata em reunião de Câmara ter aprovado este tarifário sabendo, segundo o que foi amplamente divulgado nomeadamente aquando da campanha eleitoral em setembro passado e meses imediatamente anteriores quais as suas posições em relação à questão da água, que para nós continua a ser uma questão vital e continuamos a batalhar para que haja a assunção desta responsabilidade por parte da Câmara Municipal, acabando com esta mama passo a expressão em relação a este negócio. A água é um bem público e algo a que todos temos direito.-----

A páginas 21 depois de nos serem aqui referidos alguns apoios que a Câmara Municipal tem vindo a fazer junto de diversas entidades, temos aqui um apoio dado ao Ginásio Clube Figueirense, instituição que nos merece todo o respeito, de um pagamento de



taxas referentes a uma Corrida Solidária Microplásticos, no valor de 1.200,70 €, para além do apoio logístico rondando os 500,00 €. Não é pela importância em dinheiro, é a atitude. Se esta Corrida que ainda por cima era uma corrida solidária tivesse o nome de Ginásio Clube Figueirense esta isenção não nos faria qualquer confusão. Chamando ela para seu nome o nome de uma empresa com alguma elasticidade financeira como é a Microplásticos não podemos deixar de referir o nosso desagrado. Entretanto fazendo comparações com outros apoios nomeadamente os cedidos a algumas instituições, associações do movimento associativo popular, elas saem do ponto de vista global decididamente a perder. Lamentámos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Após a leitura deste documento gostaria apenas de saber as razões pelas quais o Concurso da empreitada de «Reinstalação dos Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea - Instalações» foi anulado. Ficou deserto? Ou as propostas não foram satisfatórias?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A lista das aquisições de serviço estão na página da internet do Município, ou se não está devia estar, porque há aqui um princípio de transparência que tem de ser respeitado. Tudo o que seja aquisição de serviços pode ser consultado no nosso site.-----

A atualização do tarifário foi praticamente zero, aquilo tem um equilíbrio financeiro e uma conta que é afinada em função da taxa de rentabilidade e de vários outros requisitos, e o tarifário é o que resulta dessa conta, uma análise técnico financeira e é de 0,01%. Ou seja o tarifário mantém-se absolutamente igual.-----

As alterações de tarifário, a revisão da Concessão de Exploração resulta do próprio documento de concessão na sua revisão última de 2013, que de cinco em cinco anos tem de ser auditado para verificar o equilíbrio e o necessário ajustamento financeiro e de cumprimento integral da própria Concessão.-----

A corrida do ginásio o facto de ser denominada Microplásticos, eu pessoalmente vejo com muito agrado e com muito empenho que as empresas cumpram um desígnio social e que adiram a estes projetos de solidariedade. Está dentro do Regulamento a possibilidade de isentar em função dos objetivos.-----

O concurso da empreitada de «Reinstalação dos Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea - Instalações», lamentavelmente o concurso ficou deserto porque o montante ficou aquém das satisfações do mercado. Vamos retomar um novo procedimento. Somos os primeiros a lamentar.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Nós entendemos perfeitamente a isenção das taxas, agora o que eu queria dizer-lhe é que a Coligação Democrática Unitária também acha que as empresas devem ser entidades com compromisso social, elas mais do que ninguém. Basta que nós estudemos o que quer dizer mais-valia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Apenas um pedido de correção. A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz deve ter confundido e de facto falou no Partido Social Democrata da Assembleia Municipal, quando provavelmente queria dizer Vereação. Só para não ficar em ata essa noção. Estamos a discutir a informação vinda da atividade da Vereação."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, dando-se aqui o Regulamento na sua redação final, como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta alteração tem subjacente o ajustamento do articulado da sua entrada em vigor às disposições legais vigentes nessa matéria.-----

Esta proposta foi apreciada e votada em sede de reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Durante a campanha eleitoral um Vereador do Partido Socialista andou a informar as coletividades de que tinham verba para entregar sem condições, sem forma ou exigência de documentação. Apenas precisavam no ofício que enumerasse as obras feitas e a efetuar para servir de suporte à entrega de verba. Agora, em janeiro, depois das eleições, informaram que o pedido de apoio obedece à forma estipulada no Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, logo teriam de ser pedidos orçamentos, memórias descritivas e no final da obra entregar cópias das faturas e licenças no caso de serem exigidas. Mas as obras já foram efetuadas, ora se tal apoio para surgir implica o avançar de obras pelas coletividades que as teriam de suportar maioritariamente e, neste momento tendo em conta as obras realizadas não é possível avançar com outras no imediato. O



apoio prometido por V. Ex.^{as} em campanha eleitoral seria para minimizar os custos das obras realizadas e depois se conseguissem, planear as obras futuras.-----
Pergunta-se como pensam resolver estas situações? Vão cumprir a promessa eleitoral? Ou não?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Obviamente a intervenção de substância sobre este assunto foi do deputado municipal Manuel Rascão Marques, mas eu deixava também um pedido que de futuro os documentos da Câmara Municipal obedecessem no seu global à grafia do novo Acordo Ortográfico.-----

Porque neste documento por vezes as palavras têm a grafia antiga e noutras páginas já tem a grafia atual."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Irrepreensível esta sugestão do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco. A administração pública está obrigada ao novo Acordo Ortográfico. É natural que esse copy e paste nos aporte alguma escrita pela antiga grafia.-----

Não vejo bem qual é o sentido da intervenção do deputado municipal Manuel Rascão Marques, nós queremos por um lado regulamentar o financiamento às associações para que não haja aqui qualquer tipo de discricionariedade. Acho que como gestores dos dinheiros públicos não podemos estar aqui a dizer se gosto ou não gosto, a única coisa que devemos dar relevância é à atividade e ao impacto público que a atividade desenvolvida pelas associações possa ter. Esse será o critério de apreciação.---

A título de exceção e com alguma eficácia escrevemos esta norma do art.º 31.º , qual é o objetivo dos apoios a título excepcional, no fundo é gratificar, reconhecer a ação do voluntariado, participação ativa ou proactiva das associações, para não se tornarem meramente dependentes do financiamento municipal, e então dizemos que a título excepcional pode acrescer uma comparticipação nas iniciativas de requalificação que haja das associações. O que é que nós fazemos é o levantamento à posteriori, verificamos se a obra atingiu os montantes e aí valorizamos o voluntariado, as horas razoáveis e portanto em função de critérios e segundo uma grelha que nós temos para o nosso cálculo de obra. Apurado esse cálculo de obra damos em média cerca de 10, 20 ou 30%.-----

Quanto à alteração eu acho que a alteração não tem nada de particular é apenas para suprir o lapso existente no anterior regulamento em relação à entrada em vigor do Regulamento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----



MANUEL RASCÃO MARQUES: "Lamenta-se o facilitismo pré eleitoral quando tudo se promete e depois se dificulta. O Partido Social Democrata é a favor da Regulamentação conforme o Presidente falou.-----

Agora pode ter é a certeza de que iremos estar demasiado atentos à sua aplicação."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É uma insinuação torpe que me surpreende. Não houve nenhum eleitoralismo, o único que está é uma medida que atempadamente virá e até já está estudada - o reforço às associações e coletividades que façam a formação de música. O resto já estava e continua exatamente na mesma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Leila Fidalgo Ferreira e Maria Margarida Fontoura, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Anexo III do Regulamento de Cedência e Utilização do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Câmara Municipal da Figueira da Foz, consistindo na atualização do valor das isenções a atribuir no ano letivo de 2017/2018 aos estabelecimentos de ensino para 10.000,00 €, dando-se aqui o Regulamento na sua redação final, como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

A alteração deste Regulamento foi apreciada e votada em sede de reunião de Câmara de 08 de janeiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Esta intervenção é no sentido de revelar o nosso apreço, enquanto grupo municipal do Partido Socialista, perante este trabalho que o executivo municipal desenvolveu. Pois quem trabalha nas escolas, quem conhece a dificuldade da gestão de uma escola e de conseguir conciliar os trabalhos com os



país e os alunos, ver o esforço que foi possível arcar por este executivo com os representantes das diversas instituições escolares e conseguir atingir este esforço, faz-nos dizer «sim Sr. Presidente da Câmara, sim executivo, devem continuar a pautar e a ponderar a vossa ação em função da escola pública». É ela que tem formado e certamente formou todos os que aqui estão sentados e por isso é de pugnar por continuarmos a ajudar a financiar e a ter atenção. Porque outros já tiveram outras intenções, já tentaram fazer outras diatribes, mas penso que a Escola Pública deve ser muito bem cuidada e trabalhada. Porque, aí do país que não aposta no conhecimento, na cultura, e nos jovens que são o futuro de todos nós.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “Só um pedido à Câmara Municipal que eu julgo ser possível. Trimestralmente fosse feita uma listagem de todas as cedências dos autocarros e fosse pública.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Atenção que isto é ao limite dos veículos que temos e só temos dois ou três autocarros. É sempre louvável a questão dos transportes a favor da educação e das escolas, pela valorização dos alunos, aliás num plano de formação Ciência Viva que também está dentro dos nossos objetivos e de visitas a locais, etc, etc...-----

Quanto a esta proposta do deputado municipal Manuel Fernandes Domingues nada é arcano se quiser a relação é apresentada trimestralmente, aliás julgo que foi um acordo consensualizado na Câmara e agora mantido também para não ir uma a uma à reunião de Câmara.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, e Coligação Democrática Unitária, Libânia Ribeiro Pires, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Anexo III do Regulamento de Cedência e Utilização do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Câmara Municipal da Figueira da Foz, traduzindo-se na atualização do valor das isenções a atribuir no ano letivo de 2017/2018 aos estabelecimentos de ensino para 10.000,00 € (dez mil euros).-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA BOLSA DE TERRAS AGROFLORESTAIS DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Vice-Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Regulamento da Bolsa de Terras Agroflorestais da Figueira da Foz, dando-se aqui o Regulamento na sua redação final, como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Subjaz a esta alteração, a necessidade de se harmonizar a regulamentação das Bolsas de Terra Municipal e Nacional, por forma a possibilitar melhores condições para a sua dinamização e divulgação.-----

A alteração deste Regulamento foi apreciada e votada em sede de reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, e Coligação Democrática Unitária, Libânia Ribeiro Pires, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Regulamento da Bolsa de Terras Agroflorestais da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "A abstenção reflete normalmente uma dúvida e, de certa forma, a dificuldade da pessoa sobre o caminho a escolher.-----

Todavia, a abstenção da Coligação Democrática Unitária traduz-se mais numa medida cautelara, porquanto, quer a nível nacional quer a nível do seu trabalho na Assembleia da República, tem muitas dúvidas nesta questão das Bolsas de Terrenos, nomeadamente, após as medidas engendradas pela ex-Ministra da Agricultura e Pescas Assunção Cristas.-----

Do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, este processo remete para as



questões dos baldios e outras matérias igualmente sensíveis, e daí a sua abstenção.”-----

5.4 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO BANCO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS, NA SEQUÊNCIA DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ AO PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento do Banco Municipal de Medicamentos, bem como à sua denominação, que doravante passará a designar-se Regulamento Figueira Abem: Rede Solidária do Medicamento, o qual se dá aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

A alteração ao Regulamento e à sua denominação surge na sequência da celebração do Protocolo com a Associação Dignidade, no âmbito do Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento, resultando dessa parceria uma melhor agilização e dinamização dos objetivos pretendidos com o banco municipal de medicamentos.-----
Este processo foi apreciado e votado em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Relativamente a este ponto gostaria de saber como é que este programa será publicitado junto da população. Será apenas no sítio da internet da Câmara Municipal da Figueira da Foz? Ou se haverá uma articulação entre o Município, Hospital Distrital da Figueira da Foz, Centros de Saúde localizados no Concelho e as Farmácias existentes na área geográfica do Município, de forma a promover o programa junto da população e dos utentes?-----

Pela análise do presente Regulamento denotei uma excessiva burocracia no processo de candidatura demonstrada pela quantidade de documentos exigida.” -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Saudamos que a Câmara Municipal se associe a esta preocupação de apoiar cidadãos em situação de deficiência económica, nomeadamente no que à aquisição de medicamentos diz respeito.-----

Mas, entretanto, este Regulamento lança-nos uma questão a qual gostaríamos de ver respondida. Porque o apoio apenas se destina aos medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde. Então e tantos medicamentos não somente aqueles a que o Ministério da Saúde chama eufemisticamente de bem-estar, mas outros nomeadamente, medicamentos para doenças coronárias, etc., que não são comparticipados... Como é que estes cidadãos com uma prescrição médica desta natureza vão resolver o seu



problema de aquisição de medicamentos, já que não têm suficiente elasticidade financeira para o fazer.-----

A Coligação Democrática Unitária pensa que este Regulamento peca neste ponto.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Saliento uma medida social que considero particularmente relevante com esta alteração ao Regulamento do Banco Municipal de Medicamentos e que permitirá a comparticipação até 75% do valor na aquisição dos medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, por um valor que pode ser inclusivamente ampliado devido às parcerias estabelecidas no âmbito do Programa ABEM - Rede Solidária do Medicamento.-----

Refira-se inclusivamente que esta aquisição pode ser realizada faseadamente, não apenas de uma só vez e permite ao beneficiário optar pela Farmácia em que deseja adquirir a medicação.-----

Do meu ponto de vista, particular relevância e incidência social desta medida tem o facto de, neste momento, a população idosa do nosso Município corresponder a uma parcela significativa - segundo o Anuário Estatístico de 2016 registam-se 22.124 idosos, dos quais 13.286 são mulheres e 8.838 são homens. A população idosa carece de medidas proactivas deste tipo. Em meu entender, o poder local e em particular as câmaras municipais têm responsabilidades sociais designadamente em matéria de saúde pública, naturalmente na medida das suas possibilidades legais e logicamente financeiras.-----

O Município da Figueira da Foz continuará assim do ponto de vista do Partido Socialista indubitavelmente também com medidas como esta a ser cada vez mais uma autarquia socialmente responsável”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Gostaria de realçar um pormenor e questionar a Vereação. Como vai ser feita a fiscalização da comprovada necessidade das pessoas para a adesão a este Programa, porque sabemos que hoje em dia há muita pobreza encapotada, mas também há muita riqueza encapotada. Infelizmente é o que temos. Confesso não ter lido com a devida atenção o documento que nos foi presente, mas relativamente à prescrição como é que é feita. A maior parte dos medicamentos comparticipados são sujeitos a prescrição médica, à exceção de um ou dois.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Esta proposta de alteração surge porque quando já estávamos a implementar o projeto do Banco Municipal de Medicamentos, reparámos que havia



uma outra instituição credível que já nos facilitava muito a vida - a Associação Dignidade - e que conseguia fazer a monitorização dos medicamentos e portanto também uma maior divulgação do projeto. Este vai ser divulgado em todas as Farmácias e acompanha também já o projeto de desenvolvimento desta Associação Dignidade.-- Quanto à natureza dos medicamentos obviamente temos de ter um critério e o critério é o que é definido pelo Serviço Nacional de Saúde, porque já tem uma análise de ordem técnica que nos permite a relação de confiança e não estar na subjetividade de saber se este ou aquele medicamento é elegível. É um critério de rigor e que está devidamente testado pelas entidades oficiais e em particular pela Segurança Social.-----

Quanto à nota do deputado municipal Pedro Alves Macedo direi que nós aqui seguimos as boas práticas da segurança social e obviamente os critérios da segurança social, eles estão definidos nos art.ºs 5.º, 6.º e 7.º, depois a monitorização é feita pela Associação Nacional de Farmácias, mediante um cartão que dá o respetivo acesso.-----

Julgamos que com isto conseguimos dissipar a burla na obtenção de financiamento, mas que ela existe, existe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Figueira Abem: Rede Solidária do Medicamento (anteriormente denominado Regulamento do Banco Municipal de Medicamentos).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - EXPLICITAÇÃO DE NORMAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, dando-se aqui o Regulamento na sua redação final, como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Fundamenta-se esta alteração com a necessidade sentida aquando da operacionalização do Regulamento em explicitar algumas das suas normas, designadamente, no tocante



aos apoios a conceder.-----
Este processo foi apreciado e votado em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Gostaríamos de saber quais foram os critérios que levaram a que a Assembleia Municipal deixasse de ter competências para apreciar e reapreciar candidaturas, ou seja, deixasse de ter peso na decisão da aceitação e reapreciação de candidaturas a estes apoios?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Mário Menezes Paiva.

MÁRIO MENEZES PAIVA: "Uma breve nota em relação a este ponto, tendo em conta que na última Assembleia Municipal também o fiz.-----

A grande alteração que se vê neste Regulamento é o término do apoio pontual financeiro, que continua a existir na vertente de apoio logístico e de cedência de espaços entre outros, mas termina a questão de apoio financeiro, o que a meu ver me parece bem, porque esse apoio financeiro passará para apoio regular às Instituições Particulares de Solidariedade Social e acho que se devem premiar as instituições que têm uma regularidade mensal durante todo o ano em detrimento daquelas que porventura não têm essa atividade regular e que fazem uma ou outra iniciativa por ano. Deste modo parece-me mais equitativo e mais transparente. Mais igualdade para as instituições que desenvolvem um trabalho meritório."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Duas notas, exatamente como o deputado municipal Mário Menezes Paiva acabou de referir, premiar a regularidade e analisar pontualmente a exceção, isto um bocadinho à semelhança do regulamento de Apoios ao Associativismo. Em relação à questão suscitada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz não percebo francamente porque isto é uma competência da Câmara Municipal e a atividade inspetiva através da aprovação dos regulamentos da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



5.6 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR E DE APROVAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a criação do Conselho Municipal Sénior, órgão consultivo, de articulação, informação, promoção dos direitos e proteção da população idosa da área do Município, e presente para apreciação e votação o respetivo Regulamento, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Este processo foi apreciado e votado em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Era para apresentar uma proposta «Considerando os objetivos pretendidos com a constituição do Conselho Municipal Sénior, o grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal propõe que seja alterada a redação do art.º 5.º (Composição) no sentido de ser incluído, na sua composição, um representante da cada Partido Político com assento na Assembleia Municipal».----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Gostaria de congratular o executivo municipal pela criação deste Conselho Municipal Sénior uma vez que o Concelho da Figueira da Foz tem uma população cada vez mais envelhecida, situação aliada a diversos fatores, um deles a saída dos jovens do Município por causa de oportunidades de emprego ou outras.-----

Gostaria de saber quais são os critérios de escolha dos quatro cidadãos que contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social e local designados pela Assembleia Municipal, e dizer que me parece escassa a realização de apenas duas reuniões ordinárias por ano. Julgo que o melhor seria uma reunião por trimestre."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Subscrevendo a intervenção do deputado municipal Christopher Maia Oliveira acrescentaríamos uma outra proposta, a integração na composição do órgão, refiro-me também ao art.º 5.º, de um elemento do MURPI - Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos. Temos aqui a APRe - Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados e a ANAPR/Moderp - Associação Nacional de Aposentados, Pensionistas e Reformados, e achamos que faria todo o sentido.-----

Já agora dizer ao Presidente da Câmara em relação ao ponto anterior que a nossa perplexidade tem a ver com a alteração do art.º 14.º que de facto retirou



competências à Assembleia Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Mário Menezes Paiva.

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Congratulo o executivo por esta iniciativa. O objetivo deste órgão consultivo, no fundo é definir políticas de apoio aos seniores e o grupo municipal do Partido Socialista como é óbvio entende que bem a breve trecho esta iniciativa para apoiarmos mais uma vez aqueles que mais necessitam.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação aos regulamentos o que diz a lei é que as propostas são apresentadas à Assembleia Municipal e são da Câmara. Esta proposta passou na Câmara depois de discussão pública, uma ampla discussão pública, tentamos obter o máximo de contributos, portanto, não é neste momento, nem nesta circunstância que podemos fazer as alterações do Regulamento em apreço.-----

Isto não é uma estrutura de discussão político partidária é uma estrutura de aconselhamento do executivo à decisão. Há o espaço de discussão que pode ter cabimento aqui, há um espaço de discussão permanente na Câmara Municipal nomeadamente na definição das políticas, e no âmbito deste fórum está genericamente afastado, em via de regra, a participação político partidária e aliás a intervenção do próprio executivo é minimalista, o Presidente ou o Vereador do Pelouro, precisamente para ouvir a sociedade e os intervenientes que diretamente levam a cabo voluntariado neste tipo de ação e daí que não se acolha esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Começa a ser um pouco preocupante esta tendência socialista de lidar mal com o contraditório. Há pouco fui impedido de continuar a falar e agora o Presidente da Câmara está a sugerir que não se possa aqui alterar um Regulamento que veio para nossa aprovação. Então o que estamos aqui a fazer?-----
Nós não abdicamos que seja votada a proposta que fizemos, ou seja, a inclusão de uma alínea especificamente determinada e justificada, aliás o Conselho Municipal da Juventude tem um membro de cada força partidária representada na Assembleia Municipal, não percebo porque é que o Conselho Municipal Sénior também não o possa ter. Vou ver com muita curiosidade qual vai ser a votação do Partido Socialista em relação à nossa proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Eu tenho sérias dúvidas que esta proposta aqui possa ser votada sem ir a reunião de Câmara e ser feita e aprovada esta alteração em sede de Câmara e depois voltar aqui.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Nós estamos a aprovar uma proposta da Câmara Municipal. Eu proponha a votação do Regulamento. Depois posteriormente podemos propor uma alteração..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "O que está aqui em causa é uma clara violação de um princípio que assiste a esta Assembleia Municipal. Estamos aqui para aprovar documentos, o que nós fizemos foi uma proposta de alteração. Temos duas possibilidades na minha modesta opinião, ou esta proposta é retirada para posterior consideração, e colocamos a possibilidade que esta nossa proposta seja considerada numa futura proposta a ser presente a esta Assembleia Municipal, ou então nós votamos a nossa inclusão de uma alínea neste documento. É perfeitamente legítimo que o façamos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Estamos a falar de situações completamente diferentes. A nossa proposta e esta Assembleia tem a perfeita capacidade e legitimidade para alterar a Ordem de Trabalhos por maioria. A nossa proposta é que se vote aqui se a proposta deve baixar novamente ao executivo municipal ou não. Se a Assembleia Municipal decidir que não deve baixar então tem que se votar obrigatoriamente a proposta da Câmara mas provavelmente acho que o Presidente da Assembleia Municipal deveria colocar à consideração desta Plenário se a proposta deve ser retirada para voltar ao órgão Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Hoje quando terminar esta Assembleia Municipal fico aqui com o Primeiro Secretário para assinarmos uma Minuta de deliberação dum destes pontos das Ordem de Trabalhos. Há documentos que a partir de amanhã já produzem efeitos. E é isso que temos de ressaltar. Se este for um dos documentos que se pretenda que produzam efeitos a partir de amanhã teremos de o votar. Eu não altero uma proposta oriunda da Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vou ler o n.º 3 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro «não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.»-----
Nós retiramos a proposta e reagendámo-la para a próxima sessão da Assembleia Municipal em abril."-----



Uma das coisas que gostaríamos de ver explicitados são os critérios de avaliação desta relevância dos quatro cidadãos a indicar. Como se afere essa relevância?--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Nós temos capacidade de retirar a proposta, se a Assembleia Municipal decidir pode retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, porque não é abrangido pelo leque de documentos que a lei não permite retirar ou alterar.

Sugiro que o Presidente da Assembleia Municipal coloque a votação a retirada ou não do ponto da Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Nós podemos no princípio de qualquer reunião retirar ou trazer um extra-agenda. Aqui é fazer o exercício diverso de retirar a proposta e eu aceito isso, mas eu penso que o que se costuma fazer é quando vem um extra-agenda a sua inclusão tem de ser votada por maioria de dois terços dos deputados municipais. -----

A ser assim só retirando a proposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Assembleia Municipal é soberana e eu não estou aqui para impor qualquer tipo de vontade mas sim para respeitar a lei e acho que a interpretação já foi descoberta. Aliás eu já tinha referido que não poderia deixar de ser assim.-----

Em relação aos cidadãos seniores que contribuem de modo relevante eles são designados pela Assembleia Municipal portanto nem sequer há arbítrio da Câmara. A não inclusão dos partidos políticos é porque efetivamente os seniores não estão constituídos em juventudes ou comissões."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Nasceu-nos agora uma dúvida porque estamos a discutir a futura composição do Conselho Municipal Sénior e os quatro cidadãos seniores que contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos, contributos ou intervenção comunitária, não há aqui nenhuma referência à indicação por parte da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Está no n.º 5 desse mesmo artigo quinto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor



dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, três abstenções de dois membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e quatro votos contra dos membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, Fernando Martins Lopes, António Santos Salgueiro e João Paulo Pinto, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, para posterior análise, em sede da Comissão Permanente do mês de março, da proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal Sénior subscrita pelos membros do Partido Social Democrata, da qual será dado conhecimento à Câmara Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - REABILITAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE CUNHAS - FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES, ECONOMIA E CULTURA DA COMUNIDADE ONDE SE INSERE

Pelo Presidente da Câmara foi proposto que a Assembleia Municipal reconhecesse o relevante interesse na reabilitação da antiga Escola de Cunhas, sita na freguesia de Moinhos da Gândara, porquanto permitirá a recuperação e valorização do património rural na ótica do interesse coletivo, com reconhecido interesse para as populações, economia e cultura das comunidades onde se insere.-----

Pretende-se reabilitar o edifício desta antiga Escola adequando-o às suas novas atividades culturais, recreativas e até na vertente solidária, candidatando-se esta obra a financiamento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.-- Este processo foi apreciado e votado em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, sob proposta da Câmara e nos termos das alíneas j) e k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, reconhecer o relevante interesse na reabilitação da antiga Escola de Cunhas, sita na freguesia de Moinhos da Gândara, porquanto permitirá a recuperação e valorização do património rural na ótica do interesse coletivo, com reconhecido interesse para as populações, economia e cultura das comunidades onde se insere.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



5.8 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017 E APLICAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA APURADO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018

Pelo Presidente da Câmara foi presente para aprovação o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2017 e a aplicação no Orçamento municipal de 2018 do saldo apurado, no valor de 11.005.919,35 €.

Este Mapa integra os documentos de prestação de contas, todavia o Regime Jurídico de Contabilidade Pública, na sua redação atual, já não condiciona a aplicação do saldo de gerência à aprovação da prestação de contas e permite a sua incorporação no Orçamento municipal com a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa da gerência do exercício anterior.

Este processo foi apreciado e votado nas reuniões de Câmara de 16 de janeiro e 19 de fevereiro, ambas de 2017.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva e Vitor Gonçalves Alemão, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do ponto 2.6.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2017 e a aplicação no Orçamento municipal de 2018 do saldo apurado, no valor de 11.005.919,35 € (onze milhões cinco mil novecentos e dezanove euros e trinta e cinco cêntimos).

Deliberação aprovada em minuta.

5.9 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2018

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente ata.

Esta revisão tem subjacente a aplicação no Orçamento de 2018 do saldo apurado na Gerência de 2017, no valor de 11.005.919,35 €, o qual não tem contrapartida integral no aumento da despesa por se ter procedido à correção do valor das participações comunitárias estimadas para 2018, na sequência da reprogramação



de algumas obras no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), a inscrição das dotações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2018 como «Financiamento não definido», com alguns ajustes, e ainda, o reforço de várias rubricas de despesa corrente.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: "Há urgente necessidade de uma Piscina Municipal. Tivemos conhecimento de que os alunos da Figueira da Foz não têm tido aulas de natação, porque a piscina do Ginásio se encontra fechada.-----

É lamentável esta situação que se vive na nossa cidade, que depende integralmente de uma piscina pertencente a um clube figueirense, piscina essa que há décadas se encontra obsoleta, constituindo mesmo um perigo para a saúde e segurança dos seus utilizadores.-----

A criação de uma piscina municipal na Figueira da Foz, independente de associações desportivas figueirenses (e de rixas inerentes) é uma necessidade, uma urgência e não um luxo.-----

A educação física é uma disciplina imprescindível no currículo dos nossos alunos, desde tenra idade. Para além das diversas modalidades, a natação é um desporto muito completo e perfeitamente adequado às condições da nossa cidade, em que as crianças desde cedo convivem com o mar, tendo necessidade de saber nadar. A escola deve proporcionar-lhe estas aulas.-----

Não havendo uma piscina municipal, os pais, a título individual vão enriquecer os privados que compreenderam este nicho, da falta de um equipamento de qualidade na cidade. É certo que existe a piscina das Alhadas e do Paião, que servem aquela população com a qualidade desejável. Contudo, não há capacidade logística para deslocar os nossos alunos e por isso eles estão sem aulas de natação.-----

Afinal, em que ano estamos a viver? Isto é verdadeiramente inadmissível que uma cidade com as nossas dimensões e para a qualidade de vida que se pretende oferecer a todos os que aqui habitam.-----

Quando nos deslocamos a outros concelhos constatamos que o desporto tem sido uma preocupação e uma prioridade. Os equipamentos deste tipo são de elevada qualidade, extremamente funcionais e orgulham os seus munícipes, enquanto a Figueira teima em continuar deficitária nesta matéria.-----

A Figueira precisa urgentemente de uma piscina condigna, perto das escolas, que



sirva os milhares de alunos da cidade e que nos orgulhe quando recebemos turistas e outros visitantes. Uma piscina capaz de receber eventos desportivos nacionais e internacionais.-----

É certo que uma construção desta índole, criada de raiz, implicaria muitos milhões de euros, que não serão com certeza um constrangimento, se soubermos captar fundos europeus e canalizar o superavit recente que a Autarquia tem obtido, como por exemplo com o Imposto Municipal sobre Imóveis cobrado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Vou dizer aquilo que é referido conforme o Mapa de Fluxos de Caixa foi apurado um saldo de gerência de 2017 no montante de grosso modo 11 milhões de euros. Estes 11 milhões de euros significam em primeiro lugar entre 1/5 ou 1/6 do orçamento global anual do Município e são suportados em grande parte face a impostos que são gerados e pagos no Concelho.-----

Qual é a estratégia que suporta a aplicação deste fluxo financeiro de saldo de gerência? Sabemos que no quadro da execução do Portugal 2020 há determinadas verbas que ainda não foram aplicadas e fazia aqui a sugestão porque não aproveitarmos essa reconceptualização/reformulação a candidatura a fundos comunitários incluídos no Programa Portugal 2020 que ainda não foram utilizados/executados e porque não com algumas das verbas desse saldo de gerência podermos potenciar e começar a resolver alguns dos problemas estruturais do Concelho da Figueira da Foz, para não estarmos sempre a ouvir dizer que fica para mais tarde...-----

Em segundo lugar prova-se cada vez mais que a fundamentação fica claramente demonstrado que a questão do Imposto Municipal sobre Imóveis na Figueira da Foz é cada vez mais uma teimosia e não corresponde a algo fundamental.-----

Não se percebe como com um saldo de gerência de 11 milhões de euros se continue a apostar num Imposto Municipal sobre Imóveis a meu ver demasiado elevado, e que seria certamente um sinal importante a dar não só aqueles que vivem no Concelho da Figueira da Foz mas também certamente aqueles que poderiam vir a comprar aqui casa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Sobre a aplicação do saldo de gerência e sobre esta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 irei fazer duas ou três considerações e integrar-lhe antes uma nota de natureza metodológica.-----

Estamos numa situação que não é um problema da Assembleia Municipal nem da Câmara Municipal é um problema das regras com que nos debatemos, nós estamos cada vez



mais a discutir o Orçamento municipal em duas partes, discutimo-lo no orçamento inicial e depois na aplicação do saldo de gerência. Isto porque há uma certa perversidade nas regras que se aplicam que fazem com que o orçamento inicial integre a totalidade dos compromissos assumidos e a assumir mas não a totalidade dos recursos que servirão para fazer face a esses mesmos compromissos. E um dos recursos que não está lá é evidentemente as disponibilidades que existem no final do ano, no momento em que se transita dum exercício económico para o outro. Talvez esse aspeto pudesse a prazo ser objeto de revisão legislativa e permitir que os Municípios passassem a integrar como recurso uma previsão conservadora que ela fosse dos montantes com que vão transitar de um exercício económico para o outro. Evidentemente esta questão é mais sensível e torna-se mais aguda e esta dualidade torna-se mais gritante à medida que o saldo de gerência é um pouco maior, processo que aqui na Figueira da Foz e em face da boa execução da receita, tem vindo a acontecer.-----

De todo o modo nós estamos confrontados com aquilo que estamos e o grupo municipal do Partido Socialista mantém-se firme na convicção de que há boas e sólidas razões para votar esta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 e que são no essencial as mesmas que fizeram com que apoiássemos a versão inicial do Orçamento municipal, porque afinal tudo visto e somado, esta alteração reitera, reforça, aprofunda o que já tínhamos visto na versão inicial do Orçamento municipal e estamos hoje confrontados com um nível de despesas de aquisição de bens de investimento de 40% do total da despesa prevista. Esta é uma proporção sem paralelo na história recente deste Município atingindo cêrcea de 24 milhões de euros.----

Queria só destacar, para concluir, dentro destes 24 milhões de euros, alguns montantes que lhe são agora aportados por esta Revisão, um conjunto de investimentos muito significativos no domínio da Proteção Civil, na área da Educação, equipamentos e beneficiação do Parque Escolar do Município, um conjunto de investimentos com um certo significado e eu saúdo-os com particular veemência no domínio da habitação social, esse item nuclear que ajudará a resolver um pouco mais o problema que foi criado na Urbanização da Fonte Nova em Brenha, também no domínio das infraestruturas desportivas, e finalmente um esforço muito significativo na melhoria da rede viária e dos arruamentos do Município estando previstos nesta epígrafe qualquer coisa como 03 milhões de euros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A intervenção do deputado municipal José Fernando Correia



é esclarecedora, mesmo assim darei aqui algumas notas.-----
Os 11 milhões de saldo corrente não resultam diretamente do aumento de impostos, resultam de uma despesa corrente que resvala necessariamente num duodécimo para o ano seguinte, e também do facto de haver aqui alguma receita que também se transfere porque ainda não foi aplicada, nomeadamente a que está alocada ao cumprimento dos Planos Estratégicos, cerca de 04 milhões de euros. E depois há de facto aqui um acréscimo de receita porque isso resultará da apresentação de contas no relatório de atividades e contas. Mas curiosamente o acréscimo vem de dois impostos que todos estimámos e queremos que aumentem que é a Derrama e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Portanto, o Imposto Municipal sobre Imóveis mantém-se absolutamente estável.-----
Foi esse benefício que advém de algum acréscimo na economia que permite também ter aqui um saldo. -----
Agora, eu em relação a estas questões que por acaso são um pouco paradoxais, por um lado pedem uma piscina por outro lado dizem-me diminua os impostos. Paradoxos não! Reivindicar mais investimentos e em simultâneo diminuição de receita, não faz sentido!-----
Efetivamente já diminuámos os impostos, já retomamos aqui a discussão do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e justificamos a razão da sua diminuição e as razões porque não diminuámos a Derrama.-----
Uma última nota em relação à piscina - não se pode dizer que não hajam piscinas municipais, há 10 no Concelho, duas delas em serviço pleno. No Estádio é uma necessidade. De facto, houve uma opção clara de abdicar dessa prerrogativa a favor dos clubes. Entendeu a Câmara Municipal dar ao Ginásio Clube Figueirense o espaço para a construção da Piscina, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional que apoiava investimentos para infraestruturas. Não foi possível encaixar, pese embora tenhamos tentado em parceria com o Ginásio para conseguir esse financiamento e, neste momento, as infraestruturas desportivas são consideradas negativas na classificação da Comissão Europeia. Por isso, nós participamos e construimos o sintético da Marinha das Ondas sem apoio e temos feito muitos investimentos em infraestruturas desportivas que ainda não eram suficientes. Temos colaborado com o Ginásio Clube Figueirense para a requalificação da Piscina do Clube para que possa dar uma satisfação à cidade e atempadamente, depois de resolvidos os problemas de saneamento financeiro, quando a autarquia tiver capacidade e capitais próprios para investir 05 ou 06 milhões de euros, fica a



prerrogativa em aberto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Para acabar da minha parte. Gostei dessa do paradoxo, porque em 2009 lembro-me de uns outdoors que defendiam redução do Imposto Municipal sobre Imóveis e construção deste mundo e do outro. O paradoxo não é meu e não fui eu que o inventei.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: “Continuo a afirmar que a Piscina Municipal é de facto uma prioridade e se, de facto a nível da Câmara Municipal e do seu executivo o desporto é uma prioridade não nos tem parecido, porque na verdade, além da falta de uma piscina condigna temos também um Estádio que está em deplorável estado...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Está uma rubrica aberta no Orçamento precisamente para o Estádio José Bento Pessoa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária não é nem de perto nem de longe advogado de defesa do Partido Social Democrata. Aliás basta os senhores do Partido Socialista lembrarem quem é que tem ajudado a vossa ação governativa. Mas lembraria aquilo que já foi aqui dito, nomeadamente pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, isto tem a ver com o superavit, tem a ver com os 11 milhões de euros, e estes têm de ter algum efeito na vida das pessoas. Não podem ser apenas uma conta bancária que cresce, porque amealhar é bom e todos nós nos preocupamos em fazê-lo para precaver o nosso futuro, mas esse ato de amealhar não nos pode atar as pernas e as mãos de tal maneira que deixemos de fazer as coisas que gostamos, na medida do equilibrado.”-----

O Bloco de Esquerda não pode na Figueira da Foz reivindicar a Piscina, porque já foi por reivindicarmos a Piscina que por exemplo correram mal negociações em termos de constituição de executivos de Juntas de Freguesia.-----

Parabéns à Câmara Municipal por ter vindo num caminho de saneamento financeiro, mas há mais vida para além do superavit.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A vida para além do défice está plasmada nas opções que apresentamos a seguir. É tudo investimento e de estruturas sociais que acho que consideramos imprescindível.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.



JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Uma nota muito em linha daquilo que o Presidente da Câmara acabou de afirmar. Este montante de que estamos a falar não está aí arrecadado num qualquer cofre para prevenir desgraças futuras. O documento que temos à frente explicita quais são as opções que o executivo municipal propõe quanto à forma de despende desse dinheiro.-----

Não há nenhuma espécie de arca nisto. Está claro nos papéis distribuídos quais são as aplicações que o executivo municipal propõe para esse montante.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva e João Paulo Pinto, e do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e onze votos contra dos membros do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, visando a aplicação no Orçamento de 2018 do saldo apurado na Gerência de 2017, no valor de 11.005.919,35 €, o qual não tem contrapartida integral no aumento da despesa por se ter procedido à correção do valor das participações comunitárias estimadas para 2018, na sequência da reprogramação de algumas obras no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a inscrição das dotações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2018 como «Financiamento não definido», com alguns ajustes, e ainda, o reforço de várias rubricas de despesa corrente.--
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.10 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando sete postos de trabalho de técnico superior, e dezasseis de assistente operacional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, nas diversas unidades orgânicas da Câmara, e ainda, um posto de trabalho de assistente operacional, em regime de contrato a termo certo, para o Serviço Veterinário Municipal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----



Subjaz a esta proposta de alteração o facto da autarquia ir proceder à regularização do vínculo laboral das pessoas que exerçam funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, em cumprimento das disposições emergentes do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro), e carecer de contratar um assistente operacional para o Centro de Recolha Animal da Figueira da Foz, necessitando, portanto, de aditar estes postos de trabalho ao Mapa de Pessoal em vigor.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Congratulámo-nos com a contratação de pessoal, mas continuamos a achar que a contratação é continuamente de mais técnicos e não tanto de mais operacionais. Por isso deixamos aqui este apelo para que possa ser revista esta questão das prioridades uma vez que já vem a ser dito há muito tempo que a Câmara Municipal da Figueira da Foz tem muitos mais técnicos do que operacionais."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Os trabalhadores do Município da Figueira da Foz estão segundo este quadro divididos por contratos por tempo indeterminado e contratos a termo resolutivo certo e incerto. E depois há outras situações, e a Coligação Democrática Unitária pergunta que outras situações são estas? São comissões de serviço?-----

Muito nos admira que estas outras situações recaiam sempre sobre pessoal dirigente. Acompanhamos na medida do possível as reivindicações dos trabalhadores do Município, sabemos que algumas foram justamente atendidas em tempo útil e outras em tempo não útil, mas subsistem muitas que ainda não foram atendidas e que são de toda a justiça como as anteriores.-----

Por todas estas indefinições no terreno mas aguardando a resposta à pergunta que colocamos, obviamente a Coligação Democrática Unitária irá votar contra este Mapa de Pessoal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz podia rever a sua posição porquanto no Mapa de Pessoal aqui apresentado a maior parte são assistentes técnicos e operacionais. O critério é o carácter de permanência que é aquilo que o próprio Partido Comunista Português apresentou como diretiva ao Governo para cumprir e que pelos vistos colheu unanimidade. Não há situações



precárias. Queremos ser justos equitativos e cumprir integralmente o objetivo da alteração legislativa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “É nossa imagem e marca a nossa atuação política e cívica a nossa grande preocupação com a situação dos trabalhadores precários. Mas não é disso que falamos aqui e que temos falado em anteriores assembleias municipais. Falamos de trabalhadores da Câmara Municipal da Figueira da Foz que estão integrados em categorias profissionais diferentes daquelas em que deveriam estar pelas funções efetivamente desempenhadas, possuidores das habilitações literárias e dos demais requisitos exigíveis por lei.-----

E já agora gostaria de saber quais são as outras situações aqui referidas no documento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Esta alteração do Mapa de Pessoal destina-se a resolver a situação dos trabalhadores precários, integrando-os no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

A questão da dupla conforme da mobilidade entre carreiras, já pedi à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz que me dissesse de quem fala e se essas pessoas ou pessoas cumprem os pressupostos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues e Célia Querido Oliveira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2018, nele se criando sete postos de trabalho de técnico superior e dezasseis de assistente operacional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, nas diversas



unidades orgânicas da Câmara, e ainda, um posto de trabalho de assistente operacional, em regime de contrato a termo certo, para o Serviço Veterinário Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Pelo Vice-Presidente foi proposta a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017 - ponto 5.11 da respetiva ata - que autorizou o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas», e a celebrar o respetivo contrato de concessão de exploração, por se ter verificado a necessidade de se alterarem alguns aspetos fundamentais das peças do procedimento.-----

Esta revogação foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2017.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 165.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua última redação, por razões de conveniência em se alterarem alguns aspetos fundamentais das peças do procedimento, deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017 - ponto 5.11 da respetiva ata - que autorizou o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas», e a celebrar o



respetivo contrato de concessão de exploração.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.12 - PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS

Pelo Vice-Presidente foi proposto o início de um procedimento para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas», através de Concurso Público, com fundamento no facto de estar prevista a implementação de um Sistema de Bicicletas Partilhadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e a sua efetiva implementação prosseguir as políticas municipais na área da promoção da mobilidade ativa, e ainda, o financiamento direto ser assegurado através de candidatura ao Programa Centro 2020.-----

Integram o processo as peças do procedimento do concurso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número nove à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas», e a celebrar o consequente contrato de concessão, cujas condições gerais são as constantes das peças do procedimento concursal agora aprovadas.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.13 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 30 de janeiro de 2018, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da



autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2016, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2018.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Bugalho Silva, João Paulo Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----